# III PRÊMIO BOAS PRÁTICAS FUNPAPA 2019

Divulgação das práticas premiadas no III Prêmio Boas Práticas da FUNPAPA – 2019, apresentadas durante o VI Encontro de Vigilância Socioassistencial de Belém/PA, ocorrido nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2019.

Lembrando que nessa edição do Prêmio, as experiências com maiores pontuações receberam o título de "experiência ouro", como forma de reconhecimento.

PREFEITURA DE BELÉM

FUNPAPA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM

SEVISA SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL FUNPAPA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

**ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR**
PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM

## FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA

**ADRIANA MONTEIRO AZEVEDO**
Presidente da FUNPAPA

**MARIA EDUARDA ROCHA NASCIMENTO LOUCHARD**
DIRETORA GERAL

**SUELY CRISTINA BANDEIRA COUTINHO**
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

**EDENICE DO CARMO GALVÃO**
DIRETORA ADMINISTRATIVA

**ROSÂNGELA DO SOCORRO SAMPAIO PINHEIRO**
DIRETORA FINANCEIRA

**ALCEMIR DA COSTA PALHETA JÚNIOR**
DIRETOR DO NÚCLEO SETORIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

**REGINA LÚCIA BRITO NÓBREGA**
DIRETORA DO NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**:

**Setor de Vigilância Socioassistencial – SEVISA/NUSP**

Maria Célia Guimarães Borges - Assistente Social (Coordenadora)

Milene Miranda Lucas – Economista

Paulo Sérgio Lima da Silva – Antropólogo

# Índice

**1.** A IMPORTÂNCIA DO TOQUE FÍSICO PARA IDOSOS DO SCFV DO CRAS TERRA FIRME

**2.** CREAS ILKA BRANDÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**3.** ECA: VIVENCIANDO E RESIGNIFICANDO DE FORMA LÚDICA NO SCFV DO CRAS BENGUÍ

**4.** ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO DE PESSOAS VÍTIMAS DE LGBTIFOBIA

**5.** ESPORTE E LAZER: DIREITO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

**6.** EU NÃO CONSIGO VIVER SEM MIM!

**7.** GRUPO PSICOSOCIOEDUCATIVO PAEFI/MSE: FORTALECENDO VÍNCULOS

**8.** INTEGRALIDADE ENTRE CREAS E CRAS NA AÇÃO INTERSETORIAL NUMA ESCOLA PÚBLICA

**9.** MEIO AMBIENTE, MEU TERRITÓRIO

**10.** PELO AVESSO: ROMPENDO O CICLO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

**11.** PERFIL DAS MULHERES ACOLHIDAS NA CASA ABRIGO EMANUELLE RENDEIRO DINIZ DE 2008-2017

**12.** PREPARA: INTRODUÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

**13.** PROJETO MOSTRA DE TALENTOS TEEN DO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DULCE ACCIOLI

**14.** TEATRO DE FANTOCHES E PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO COM CRIANÇAS: EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO CRAS, CREAS E UEIS

1 Título da experiência:

# A IMPORTÂNCIA DO TOQUE FÍSICO PARA IDOSOS DO SCFV DO CRAS TERRA FIRME

Jaqueline Keli Pereira Corrêa

## 1. Introdução

A prática de exercícios físicos retira o organismo de seu estado de repouso, implicando em um aumento instantâneo da demanda energética da musculatura exercitada e, consequentemente, do organismo como um todo. Com isso, várias adaptações fisiológicas ocorrem, dentre elas estão as adaptações agudas geradas durante o exercício, tais como: elevação da frequência cardíaca e da pressão arterial sistólica, aumento da frequência respiratória e da temperatura corporal. (FORJAZ et al., 1998). Com base nisso, torna-se importante, após a prática de uma atividade física de moderada intensidade, a realização de um exercício de desaquecimento, também chamado de volta à calma, cuja finalidade é restabelecer a homeostase inicial do organismo. Há uma variedade de atividades que possuem esse intuito, cita-se: alongamento, jogos, dinâmicas etc.

No CRAS Terra Firme, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Idosos conta com aulas de ginástica pelo menos três vezes por semana, havendo, portanto, a necessidade de um momento ao término das aulas em que os idosos pudessem desacelerar o corpo, a chamada volta à calma. Daí surgiu a ideia da massagem, a qual, além de promover o relaxamento corporal, também se mostrou uma ferramenta de integração e de promoção de bem-estar entre participantes. Diante dessa percepção, buscou-se fortalecer a ideia da massagem como instrumento de fortalecimento de vínculos dentro do grupo de idosos do SCFV do CRAS Terra Firme.

## 2. Desenvolvimento

O projeto teve início no segundo semestre do ano de 2016, sendo implantado em todas as turmas de idosos participantes do SCFV do CRAS Terra Firme. A massagem/toque foi utilizada à priori como técnica de relaxamento ao fim das aulas de ginástica, entretanto, a sua aplicação se mostrou benéfica para a integração dos idosos, os quais, a partir da massagem, mostraram-se mais acessíveis e comunicativos entre si.

Para Montagu (1988) a estimulação tátil, para o idoso, é uma das necessidades mais negligenciadas, visto às respostas que eles dão aos gestos de carinho como um

abraço, um aperto de mão afetuoso, demonstrando como estas experiências táteis se fazem importante para o seu bem-estar.

Carvalho (2007) afirma que inúmeras são as necessidades do idoso, e dentre elas está a necessidade de contato físico, da sensação tátil em forma de afeto, assim como era quando criança, quando jovem, quando adulto. Nada mudou. Mas a velhice, em especial, ainda é tida como algo desconhecido. Mesmo com todos os estudos atuais sobre o aumento da longevidade, ainda há um caminho cheio de preconceitos e paradigmas para os idosos.

De acordo com Mercadante (2005), "a primeira vivência da velhice se dá no corpo. O corpo por si só não revela como atributo a velhice, mas uma vez que ela, como estigma se instala no corpo, ela passa a inquietar o idoso". A autora Carvalho (2007) completa: "talvez a sua percepção ainda não seja esta, talvez ele ainda não sinta os sinais da senilidade, mas o estigma, pela visão dos outros, já lhe é colocado, e consequentemente em mais dias ou menos dias, ele será absorvido, podendo causar-lhe inquietações sobre si próprio".

E um dos primeiros sinais da dificuldade de aceitação e de convivência talvez seja a diminuição dos afetos físicos no idoso através do toque, já que, segundo Carvalho (2007), já não é mais prazeroso tocar a pele, agora enrugada e flácida. Diante disso, inicia-se o rompimento de um importante canal de comunicação, que ocorre por meio da estimulação tátil. Consequentemente, a falta desse contato físico, leva a uma insatisfação que resulta em idosos não-comunicativos a respeito dessa necessidade. (Montagu, 1988).

Diante disso, ressalta-se a relevância do ato de tocar o idoso, pois através do toque se transmite afeto e, cria-se um elo de confiança que pode trazer consigo muitos significados e recordações.

Conhecendo a importância do contato mais próximo entre os idosos, passou-se a adotar a massagem relaxante como atividade constante ao final das aulas de ginástica em todas as turmas de idosos do SCFV.

Metodologicamente, após a conclusão da prática dos exercícios físicos, os idosos são convidados a dividirem-se em duplas. Um integrante da dupla permanece na posição de pé, enquanto o outro se senta numa cadeira posicionada à frente do seu par. Coloca-se uma música e, ao comando iniciar, os idosos que estão em pé iniciam a

massagem relaxante nos que estão sentados. Sob a supervisão da técnica em desporto do CRAS, os idosos são orientados a massagearem determinadas partes do corpo da sua dupla. Primeiramente, massageiam os ombros, prosseguindo para a região posterior do pescoço e detrás das orelhas, depois massageiam o couro cabeludo e testa. Mais adiante, pede-se para massagearem as costas e braços da sua dupla e, então, retomam a massagem nos ombros até o término da música. Concluída a massagem, as duplas invertem os papéis, possibilitando que todos os idosos façam e recebam o estímulo tátil. Ao fim, todos se abraçam como forma de agradecimento. Não há o estabelecimento de um método único de massagem, cada idoso tem a liberdade de massagear do seu jeito, determina-se, apenas, que sejam afetuosos e que considerem as necessidades do seu par.

## 3. Resultados Alcançados

O ato de tocar um idoso faz com que estímulos externos sejam recebidos e processados pelo sistema nervoso central, abrindo um canal de comunicação afetuoso e capaz de resgatar o amor a si próprio, por vezes perdido com a desilusão e frustração que o envelhecimento pode trazer. (Carvalho, 2007). Sobre esse aspecto, notou-se que após a implantação da massagem, os idosos do SCFV se mostraram mais receptivos e comunicativos uns com os outros, propiciando um aumento na empatia entre eles.

Outro ponto relevante foi o impacto que o "ato de tocar e ser tocado" teve para a autoestima dos idosos. Não são poucos os casos de idosos que ingressaram no SCFV por motivo de isolamento e/ou depressão e, nesses casos específicos, verificou-se um declínio desse quadro de retraimento e um progresso nas relações interpessoais.

Além disso, o momento da massagem se tornou algo prazeroso, durante o qual os participantes podem se aproximar de alguém específico, conhecer um pouco mais sobre seus colegas e estreitar relações de amizade e confiança. Portanto, a estimulação tátil teve o poder de aproximar mais os idosos uns aos outros, criando laços de afeto e os ajudando a superar sentimentos negativos.

## 4. Referências Bibliográficas


- CARVALHO, S.A. **O toque na relação terapêutica com a pessoa idosa.** Programa de Estudos de Pós-graduados em Gerontologia. PUC-SP – 2007.
- FORJAZ, C.L.M.; MATSUDAIRA, Y.; RODRIGUÊS, F.B.; NUNES, N.; NEGRÃO, C.E. **Post-exercise changes in blood pressure, heart rate and rate pressure product**

**at different exercise intensities in normotensive humans**. Brazilian Journal Medicine Biological Research, Ribeirão Preto, v.31, n.10, p.1247-55, 1998.

- MERCADANTE, E.F. *Velhice: uma questão complexa.* In: CORTE, B.; MERCADANTE, E.F.; ARCURI, I.G. (orgs). **Velhice e Envelhecimento/Complex(idade).** São Paulo: Vetor, 2005.
- MONTAGU, A. **Tocar: o significado humano da pele.** São Paulo: Summus, 1988.

## 5. Registro Fotográfico

Foto 1: registro do momento da massagem no Grupo Vida Ativa

Foto 2: registro do momento da massagem no Grupo Alegria de Viver

Foto 3: registro do momento da massagem no Grupo Florescer

Foto 4: registro do momento do abraço de agradecimento

2 Título da experiência:

# CREAS ILKA BRANDÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Márcia de Almeida dos Santos
José Maria da Costa Pereira
Jussara Rocha Batista Melo
Andréa de Jesus Correa da Costa
Aline Cristiene Rodrigues de Oliveira
Catarina Lima Ribeiro
Denise do Socorro Marques Esteves
Dinalva do Socorro Santos da Costa
Eduardo da Cruz Silva
Eliane do Socorro Bittencourt Azancot
Liliam Barbosa dos Santos
Maria Benedita Gomes
Simei Tapajós de Sousa Sakamoto
Weskley Bruno Siqueira de Abreu

## 1. Introdução

A violência sexual infanto juvenil é uma grave violação de direitos presente na história do Brasil e que por muitos anos foi tolerada e ignorada pelas autoridades e pela própria sociedade (PEREIRA, 2015). De acordo com a base de dados do Disk 100, no ano de 2018 foram notificados 17.073 caso de denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, dos quais 601 casos ocorreram no estado do Pará. Mais especificamente no município de Belém, dados registrados no ano de 2017 pela então Fundação Propaz, mostram que foram 1.782 notificações de crime de abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes, representando um aumento de 5% em relação a 2016. (Dados G1 Pará, 2018). Ressalta-se que os dados acima descritos são apenas os casos notificados, podendo estes números serem ainda maiores. De acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), os CREAS constituem um dos espaços para atendimento desta demanda. Desta forma, pensar atividades preventivas que proporcionem o entendimento, a identificação e o desenvolvimento de mecanismos de autoproteção faz-se necessário no âmbito da política de Assistência Social de média complexidade.

A prática a ser descrita foi elaborada de modo integrado por todos os serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS Ilka Brandão Barbosa, enquanto proposta de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra

crianças e adolescentes em alusão ao dia 18 de maio, dia nacional de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Dada a relevância desta temática, a mesma foi escolhida pela Gestão Municipal como proposta de trabalho a ser desenvolvida durante a Semana do Bebê[1] que também ocorre durante o mês de maio, através de suas Secretarias Municipais que desenvolvem trabalho com a primeira infância. Dentre estas está a FUNPAPA que trabalhou o tema através de suas complexidades, em nosso caso específico a Média Complexidade por intermédio dos CREAS. Deste modo elaboramos uma ação com atividades lúdicas e planejadas para cada faixa etária do público alvo: crianças, adolescentes e responsáveis.

Nesse sentido, a presente ação teve como objetivo trabalhar o tema de maneira abrangente, a fim de alcançar o maior número de usuários, tornando a ação mais eficaz, por meio de recursos lúdicos, adequando a metodologia a cada faixa etária, e de modo participativo, envolvendo todos os serviços do CREAS em ação articulada com a comunidade. A prática pretendeu difundir informações que possibilitassem aos usuários buscarem meios para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

## 2. Desenvolvimento

Enquanto demanda de violência e violação de direitos, o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes são temas trabalhados nos atendimentos individuais e de grupo deste CREAS, entretanto enfrentávamos a dificuldade de alcançar quantitativo expressivo de usuários, bem como realizar uma atuação mais participativa junto à comunidade. Dessa maneira, a ação foi planejada de modo a atender todos os grupos etários (crianças, adolescentes e responsáveis) em diferentes espaços, com linguagem adequada e lúdica.

Estudos abordando o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes apontam uma série de repercussões na vida adulta, como baixa autoestima, depressão, dificuldades no convívio social, ideação suicida, entre outros (CARVALHO E LIRA e colaboradores, 2017). Nesse sentido, trabalhos preventivos são de extrema relevância para diminuir a incidência de casos, bem como para buscar quebrar o ciclo de violência. SANDERSON (2005) afirma que o trabalho preventivo junto às crianças acerca da

[1] Semana do Bebê consiste em ações estratégicas da UNICEF para assegurar a atenção adequada à primeira infância e que hoje faz parte do calendário anual de diversos municípios brasileiros, incluindo o município de Belém/Pará.

segurança as instrumentaliza com informações corretas e permitem que possam agir de forma assertiva em suas relações. O autor coloca ainda que a responsabilidade pelo trabalho de informação e proteção não é restrito aos pais e a escola, mas da sociedade de modo geral, afirmação em consonância com a Doutrina de Proteção Integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Para as crianças, foi elaborada uma peça teatral de fantoches intitulada "A Guerreira Iaça Contra a Sucuri Sedutora" de autoria dos servidores José Maria e Jussara Melo; com a produção da radionovela de título homônimo. Para tanto, foram gravadas em áudio as vozes dos próprios servidores do CREAS, customizados os fantoches, assim como a encenação com os bonecos foi realizada pelos mesmos. A atividade teve início com acolhida e posteriormente, a apresentação da peça. Após a encenação com bonecos, ocorreu uma oficina de desenho para permitir a reflexão sobre o tema da violência sexual, buscando identificar a compreensão das crianças acerca dos elementos alegóricos presentes na história, tais como a sedução, a importância de falar sobre o assunto com um adulto confiável, a representação da sociedade que muitas vezes não quer se envolver expressa pelos animais, os sentimentos que as vítimas costumam experienciar como culpa medo, vergonha, entre outros; bem como os canais de denuncia e os locais onde podem buscar ajuda. Por fim, foi realizada a dinâmica "TOQUE DO SIM E DO NÃO", inspirada pelo livro Pipo e Fifi (ARCARI, 2014), visando desenvolver habilidades e criar mecanismos para que as crianças conheçam o próprio corpo e saibam protegê-lo sabendo identificar quando houver algo errado. Na dinâmica, dois grupos receberam placas correspondentes às respostas "SIM" e "NÃO", que deveriam ser apresentadas pelas crianças diante de situações exemplificadas de contato físico e interações sociais adequadas, ou que remetessem ao abuso e exploração sexual.

A atividade voltada para o público infantil foi realizada com as turmas de 5º ano das Escolas E.M. Padre Leandro e E.M. Manuela de Freitas no dia 14/05/2019 nos turnos da manhã e da tarde respectivamente. Durante a Semana do Bebê, a ação foi realizada no dia 29/05/2019 nos turnos de manhã e tarde nas dependências do CREAS, com crianças atendidas neste centro e com crianças do centro comunitário da Terra Firme. Além disso, a equipe foi convidada para realizar a atividade na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA/DATA) no dia 13/06/2019 atendendo crianças e responsáveis no turno da tarde.

A atividade direcionada aos adolescentes em acompanhamento neste CREAS ocorreu no dia 30/05/2019 no turno da manhã pela programação da Semana do Bebê. Houve a acolhida e depois a realização da dinâmica de apresentação: “O presente”, a qual objetivou apresentar e integrar o grupo. Posteriormente, ocorreu a atividade motivadora: “Falando de Autoestima”, na qual o grupo foi levado a refletir sobre o que é autoestima, em seguida, as facilitadoras complementaram o conhecimento acrescentando que autoestima é a forma como a pessoa se sente a respeito de si mesma e que está diretamente relacionada ao contexto social em que vivemos e que todos os dias encontramos situações que a afetam. Foram apresentadas situações nas quais os participantes mensuraram o quanto cada uma delas afetava a sua autoestima. As facilitadoras relacionaram a discussão ao desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável como dimensão fundamental à autoestima do ser humano em especial à criança e ao adolescente. Após esse momento, por meio do recurso audiovisual Quando Silêncio Fala: Violência Intrafamiliar, realizou-se o diálogo sobre a violência sexual infanto-juvenil, onde os participantes por meio de dinâmicas foram estimulados a trocar conhecimentos e experiências a respeito do tema. Por fim, o grupo foi incentivado a protagonizar uma campanha informativa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, fazendo-se multiplicador no enfrentamento a essa violência.

A atividade direcionada aos responsáveis em decorrência da programação da Semana do Bebê no dia 29/05/2019 nos turnos da manhã e tarde, iniciou com acolhida, recepção e produção individual de crachás. Realização de atividade integrativa com brincadeiras tradicionais, como: pular corda, bola de gude, amarelinha, com o objetivo de proporcionar vivências da infância, encerrou-se a dinâmica com dialogo interativo sobre a importância do direito de todos à infância saldável, com destaque ao papel de todos na garantia desse direito. Em seguida, ocorreu a atividade problematizadora, onde cada participante a partir de uma imagem relacionada ao universo infanto-juvenil relatou sobre o que viu e o que sentiu, em diálogo ampliado o grupo foi direcionado pelas facilitadoras a compor um painel em resposta à pergunta: “O que é violência sexual?” baseados na discussão anterior. Foi exibido o audiovisual: Episódio 1 da série “Que Abuso é esse?”/ Desmascarando o Abuso. Após a exibição, formou-se uma roda de conversa onde os participantes foram convidados a trazer suas análises livres ou motivadas por questões previamente selecionadas, como: 1) O que mais lhe chamou atenção?; 2) Você sentiu falta de algum elemento nessa narrativa?; etc. Em seguida, os

conceitos foram aprofundados, possibilitando ao grupo reorganizar as ideias e internalizar o conhecimento. Em sequência, houve a construção do conhecimento sobre o Caminho da Denúncia, utilizando painel expositivo contendo todos os passos e locais de denuncia de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, refletindo acerca da importância de quebrar o silêncio e promover a proteção de crianças e adolescentes vítimas dessa violência. A última atividade desenvolvida foi voltada à estruturação do conhecimento trabalhado, por meio da montagem de quebra-cabeças contendo os conceitos estudados: abuso sexual, abuso intrafamiliar, exploração, entre outros. Por fim, foi entregue folder de prevenção e denúncia produzido pela equipe de servidores do CREAS, realizando-se um trabalho de conscientização sobre a importância deste como ferramenta no enfrentamento. Houve a avaliação da atividade com registro escrito e audiovisual do grupo.

**3. Resultados**

A presente ação atingiu um considerável número de pessoas de diversas faixas etárias e de diversos espaços, envolvendo de forma mais abrangente a comunidade. Contabilizando todas as ações de enfretamento realizadas no CREAS, nas escolas e na DATA, estima-se que aproximadamente 110 crianças, 30 responsáveis e 11 adolescentes participaram das atividades integrativas. Dessa maneira, a ação atendeu ao eixo prevenção descrito no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010).

A atividade favoreceu a conscientização da comunidade acerca do tema por meio da informação e reflexão, promovendo a autonomia dos participantes, dando subsídios para o enfrentamento da violência sexual e para a proteção integral a crianças e adolescentes. Além disso, integrou todos os serviços do CREAS, sendo que parte dos recursos utilizados foi custeada pelos próprios servidores.

Foram produzidos recursos lúdicos: teatro de fantoches, radionovela, dinâmicas de grupo, atividades integrativas, artísticas, entre outras descritas acima, as quais favoreceram o diálogo sobre esse tema de difícil abordagem, com a linguagem adequada para as diversas faixas etárias. Os participantes receberam folder informativo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como contatos direcionados para denúncia e atendimento às vítimas na rede intersetorial.

Por fim, o CREAS esteve presente em ações preventivas na comunidade de seu território realizadas em instituições e centro comunitário.

## 4. Referências Bibliográficas


ARCARI, C. **Pipo e Fifi-Prevenção de Violência Sexual na Infância.** All Print. 2014.

BRASIL. **BALANÇO GERAL 2011-2018 do DISQUE 100.** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília/DF. 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.** Brasília/DF. 2010.

CARVALHO E LIRA et al. Abuso sexual na infância e suas repercurssões na vida adulta. **Texto Contexto Enferm.**

G1 PARÁ. **Abuso sexual contra criança e adolescentes aumenta no Pará, diz Propaz.** Belém: Rede Liberal. 2018. Acessado em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2018/07/24/abuso-sexual-contra-crianca-e-adolescentes-aumenta-no-para-diz-propaz.ghtml.

HARZEU, M. (Org). **Direitos Sexuais da criança e do adolescente.** Belém: Movimento república de Emaús. 2004.

PEREIRA, P (Org.). **Que abuso é esse?**. Rio de Janeiro: fundação Roberto Marinho. 2015.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: Mbooks do Brasil. 2008.


## 5. Registros Fotográficos

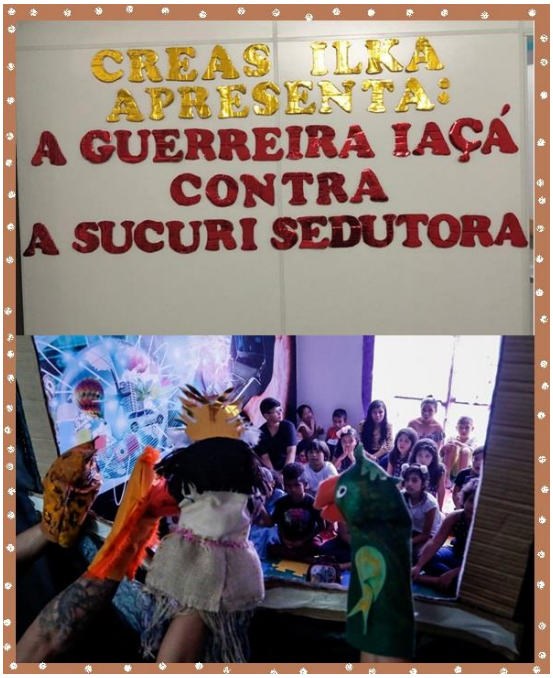



Foto 1 – Teatro de fantoches: A Guerreira Iaça contra a Sucuri Sedutora.

Foto 2 – Oficina com responsáveis.

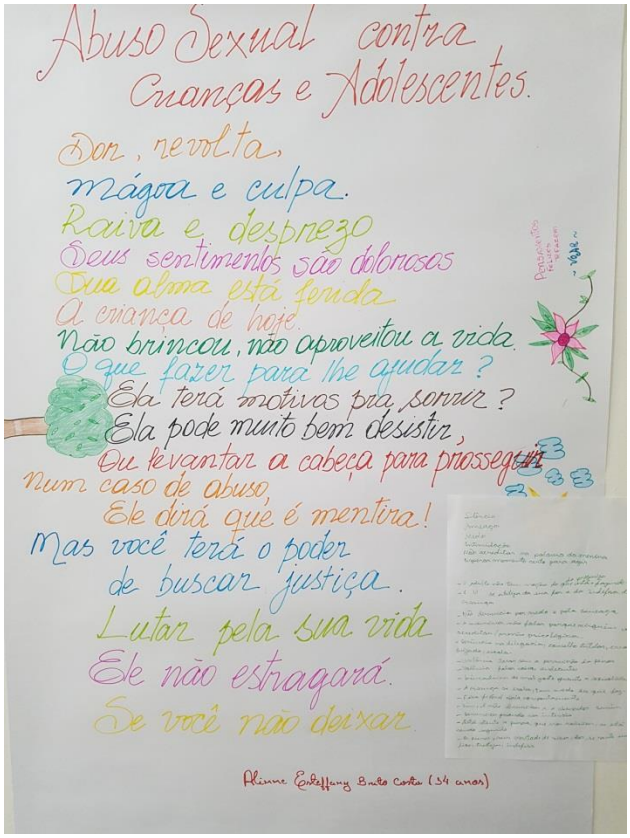



Foto 3 – Poesia de autoria de adolescente na oficina da Semana do Bebê.

Foto 4 – Ações externas do CREAS Ilka Brandão. E.M. Padre Leandro, E.M. Manuela de Freitas e DATA.

3 Título da experiência:

# ECA: VIVENCIANDO E RESIGNIFICANDO DE FORMA LÚDICA NO SCFV DO CRAS BENGUÍ

Heloisa Quaresma Pureza

Neila Sales Rosa De Leão

Paula Miranda Silva Corrêa

Samara Rêgo Miranda

## 1. Introdução

A prática constitui-se em promover o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, entre as crianças, os adolescentes e os responsáveis participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no CRAS Benguí através de palestra, roda de conversa e, sobretudo, utilização de jogos cognitivos personalizados com os conteúdos expressos na lei.

Considerando que a apropriação dos direitos e deveres preconizados na Lei 8.069/1990 contribui diretamente para prevenção dos riscos sociais, o objetivo da prática foi disseminar o ECA de uma forma mais lúdica e, portanto, mais atrativa, facilitando a compreensão do seu conteúdo.

Os objetivos específicos foram:

• Dividir os Artigos do 1º ao 24º em 3 temas, para desenvolver durante os meses de abril, maio e junho de 2019.

• Apresentar aos usuários do SCFV jogos cognitivos baseados nos direitos e deveres expressos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

• Despertar na criança, no adolescente e em seus responsáveis, por intermédio das palestras, e dos jogos o interesse pelo conhecimento de seus direitos e deveres de cidadania contidos no ECA.

## 2. Desenvolvimento

O SCFV tem caráter preventivo e proativo, realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Destina-se a crianças, adolescentes, idosos em situação de vulnerabilidade e riscos sociais (Resolução nº. 109/09). Considerando que a apropriação dos direitos e deveres

preconizados na Lei 8.069/1990 contribui diretamente para prevenção dos riscos sociais, é de suma importância planejar percursos voltados a essa temática.

No decorrer dos encontros realizados nos grupos do SCFV, no entanto, identificou-se a descrença que muitos usuários demonstravam em relação ao ECA e , como consequência, rejeição em abordar o tema. Adicionalmente, alguns usuários do serviço demonstravam dificuldade com a leitura em função ao precário e tardio acesso à escola. Percebido essa dificuldade, foi desenvolvida a estratégia metodológica do uso de jogos cognitivos adaptados com o conteúdo do ECA para melhor compreensão do mesmo, viabilizando o acesso das crianças, dos adolescentes e de seus responsáveis aos seus direitos e deveres expressos no ECA.

Para tanto, foram utilizados os artigos 1º ao 24º, o quais foram divididos em 3 temas: "Direitos Fundamentais do ECA", "Liberdade, Respeito e Dignidade à Criança e ao Adolescente", "ECA e o Convívio Familiar", cada tema contemplou um percurso referente aos meses de abril, maio e junho de 2019, respectivamente. Conforme a Tabela 1:

| Mês | Tema do Percurso | Artigos do ECA | Dispõe sobre: |
|---|---|---|---|
| Abril | "Direitos Fundamentais do ECA" | 1º ao 14º | A proteção integral à criança e ao adolescente como um conjunto de direitos essenciais para garantir a subsistência dos mesmos. |
| Maio | Liberdade, Respeito e Dignidade à Criança e ao Adolescente | 15º ao 18º | Um conjunto de direitos essenciais para garantir à integridade física e psicológica das crianças e adolescentes. |
| Junho | "ECA e o Convívio Familiar" | 19º ao 24º | Um conjunto de direitos essenciais para garantir à criança e ao adolescente, o direito de ser criado em ambiente salubre e educado no seio familiar e comunitário. |

As atividades foram desenvolvidas em três grupos do Serviço de Convivência, no horário da manhã, com encontros semanais de uma hora e meia de duração, envolvendo 25 crianças e adolescentes, na faixa-etária de 7 a 14[2], e 15 pais e responsáveis. As metodologias utilizadas foram:

[2] Das 25 crianças, 07 começaram a participar a partir do mês de junho.

1. **Leitura da Lei 8.069 (ECA)**: introdução ao conhecimento da lei através de leitura em conjunto dos artigos específicos de cada mês, realizado em três encontros (nos meses de abril, maio e junho).
2. **Dinâmicas de Grupo**: desenvolvida com base nos artigos desenvolvidos na leitura dos artigos específicos de cada mês, realizado em dois encontros (nos meses de abril, maio e junho).
3. **Círculo de Diálogo**: realizado em todos os encontros com base nos artigos desenvolvidos na leitura anterior (nos meses de abril, maio e junho).
4. **Utilização da Cartilha "Crescer Sem Violência"**: desenvolvida para reforçar o tema abordado no mês de maio, realizado em dois encontros com a participação dos responsáveis (somente mês de maio).
5. **Utilização do Jogo "Dominó do ECA"**: realizado para reforçar a assimilação do conteúdo trabalhado nos três meses, desenvolvido em dois encontro com a participação dos responsáveis (somente mês de junho).
6. **Palestra:** desenvolvida especificamente para abordar as campanhas de combate ao abuso e exploração sexual infantil e o trabalho infantil, realizadas com a presença dos responsáveis (nos meses de maio e junho).

No mês de Abril, buscou-se o despertar do interesse ao conhecimento sobre o Estatuto, através de alguns artigos, já elencados, favorecendo a discussão e a análise da empregabilidade dos direitos garantidos no ECA na realidade e cotidiano dos participantes dos grupos, dando destaque para dois artigos: 4º e 7º, que visam respectivamente, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos das crianças e adolescentes para não haver negligência e o direito à proteção à vida e à saúde.

No mês de Maio, para facilitar a aprendizagem do conteúdo, de uma forma lúdica e didática, foi trabalhada a Cartilha (Prêmio Boas Práticas 2018): "Crescer Sem Violência", na qual contem três jogos cognitivos: "Caça Palavra", "Palavras Cruzadas" e a "Trilha da Denúncia". No Jogo de Caça Palavras foi apresentado um texto explicativo sobre o que é abuso e exploração sexual e os meios para fazer a denúncia dessas violações. No Jogo de Palavras Cruzadas do "Faça Bonito" foram inseridas palavras referente ao contexto, mas que remetessem às atitudes para o enfrentamento das violações de direitos como: amor, respeito, denúncia, proteção, disque 100, felicidade, sonhos... Na Trilha da Denúncia: "Proteger é Preciso" foram expostas, no

decorrer do percurso da trilha, informações da Rede de Proteção contra a violência sexual de criança e adolescente, garantindo, na chegada da trilha, a proteção dos direitos às crianças e adolescentes.

No mês de Junho, como a temática: "ECA e o convívio familiar" foram trabalhados conteúdos que visam à concepção da cidadania das crianças e adolescentes, priorizando o fortalecimento de vínculos entre os membros da família com base na realidade e cotidiano das crianças e adolescentes; Através de palestra foi trabalhado o "Enfrentamento e Combate ao Trabalho Infantil", conscientizando os responsáveis por sua corresponsabilidade de resguardar e possibilitar às crianças e adolescentes o envolvimento somente nas brincadeiras e nos estudos, deixando o trabalho para a hora devida. Foi ainda utilizado o "Dominó do ECA", elaborado com 28 peças que contemplam do 1º ao 24º artigos do ECA e figuras, onde as "pedras" são compostas por um artigo e uma figura, sendo uma ponta da pedra um artigo do ECA e a outra ponta uma figura, a qual ligará à outra pedra e assim por diante.

**3. Resultados Alcançados**

Com o desenrolar da prática, as crianças e adolescentes, atendidos no SCFV do CRAS Benguí, demonstraram através de suas falas estarem em processo de conscientização sobre seus direitos e deveres, especificamente: 1) são seres em processo de formação; 2) o Estado, a família e a sociedade têm responsabilidade sobre seu desenvolvimento; e 3) o comprometimento em relação aos estudos e à disciplina estabelecida pela família, aprendendo que necessitam conhecer limites para a convivência em sociedade. Os responsáveis, por sua vez, através de suas falas, demonstraram maior entendimento sobre suas responsabilidades.

No início do projeto, observou-se a dificuldade de aceitação do grupo à leitura do Estatuto, por questões perpassadas culturalmente no âmbito familiar e pela religiosidade dos usuários, com frases do tipo:

"O Eca não garante nada! Pois vemos muita negligência dos governantes...".

"Como explicou o Pastor: 'O presidente mandou rasgar o ECA, pois só protege bandido'".

Mas através das estratégias utilizadas percebeu-se a compreensão dos responsáveis, das crianças e dos adolescentes sobre a importância de conhecer e entender os Direitos e Deveres expressos no ECA, resultando em mudança dos relatos referente ao ECA:

"Ao conhecer a história do ECA, agora entendo que antes nós só era excluído, mas agora temos como exigir os direitos e que temos deveres, como não faltar a aula e obedecer minha avó também, pois ela faz parte da mina família..."

"Não devemos rasgar o ECA, pois ele realmente é a lei que proteger as nossas crianças, e que a gente - os responsáveis - podemos cobrar dos Governantes os Direitos escritos no Estatuto! E que podemos ser cobrados pelos nossos deveres, também!".

Através do "Dominó do ECA" foi criado um espaço de socialização entre os participantes, que aprenderam a identificar, de forma lúdica, os direitos e responsabilidades expressos no ECA. O jogo lúdico, portanto, demonstrou ser uma metodologia eficaz para disseminação do ECA, possibilitando disseminar os estatuto entre as crianças e adolescentes que ainda não o conheciam, bem como promover maior aceitação da lei entre os demais.

A partir da compreensão do conteúdo do estatuto, os participantes ampliaram seu entendimento, desmistificando o "mito" que o ECA só protege bandido, tendo a possibilidade de se transformarem em multiplicadores dos direitos e deveres da criança e do adolescente e do seu papel protagonista na sociedade.

Destarte, sabemos, no entanto, que para a concretização do ECA, o qual ainda enfrenta alguns entraves à sua efetivação perante as políticas neoliberais, o Estado deve, como provedor público, implementar e garantir a execução de políticas públicas voltadas para a família, dando a possibilidade a elas de conhecer e exigir os direitos das criança e dos adolescente.

## 4. Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de Novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

FALEIROS, V. Formação de educadores (as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SECAD, 2006.

PRIOTTO, Elis Palma Dinâmicas de grupo para adolescente/Elis Palma Priotto.2.ed.¬Petrópolis,RJ:Vozes, 2008.

Que Abuso é Esse?: caderno de textos/gerente do projeto Ana Paula brandão; coordenação de implementação de conteúdos Priscila Pereira; coordenação editorial Kitta Eitler. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2015.

Que Exploração é Essa?: caderno de textos/[ organização Gerência de Conteúdo e Novas Mídias; Gerência de Mobilização e Articulação Comunitária; Coordenação editorial, André Lúcio Lidonati Esteves e Kitta Eitler; coordenação de implementação de conteúdos, Priscila Pereira, Maria Corrêa e Castro e Fabiana Cecy]. – Rio de janeiro: fundação Roberto Marinho 2012.

**5. Registro fotográfico:**

Palestra com os responsáveis.

Atividade sobre Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Leitura sobre o ECA.

Dominó do ECA.

4 Título da experiência:

# ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO DE PESSOAS VÍTIMAS DE LGBTIFOBIA

João Jorge Neto

## 1.Introdução

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS se constitui em uma unidade pública municipal que compõe a Proteção Social Especial, de Média Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), articulando serviços voltados à promoção e garantia de direitos de indivíduos e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direitos.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. Os serviços articulam-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Deve-se garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros ou indivíduos em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito violado.

Nesse sentido, são solicitados pelo SGD a elaboração de relatório dos atendimentos e/ou pareceres sobre a situação de violação de direitos com informações que venham subsidiar e respaldar os procedimentos nos demais órgãos.

## 2. Desenvolvimento

De acordo com o Guia de Orientações Técnicas do CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social, compete ao CREAS, por meio de projetos e serviços especializados de caráter continuado, promover a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar,

dentre outras. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência destas situações, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias.

É importante destacar que a Política Assistência Social destina-se a discutir e coordenar as matérias, projetos e ações da entidade nessa área no que diz respeito à cidadania, aos direitos humanos e à busca de igualdade. Realizando trabalho efetivo de quebra de paradigmas e garantias dos direitos constitucionais, com a humanização que merece, dando voz a essas pessoas que fazem parte da sociedade, mas que sofrem com o preconceito e discriminação.

Teremos como referência para as ações, o calendário nacional e internacional abaixo:

**Calendário**

29 de janeiro – Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais;

17 de maio – Dia internacional, nacional e municipal de enfrentamento e luta contra a LGBTfobia;

28 de junho – Dia do Orgulho LGBTI;

19 de agosto – Dia do Orgulho Lésbico;

29 de agosto – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica;

Pesquisa realizada pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, constatou que a população LGBT tem cinco vezes mais chances de cometer suicídio do que os heterossexuais cisgêneros.

Para um jovem LGBTI, a existência de um adulto próximo que o aceitasse e o acolhesse diminuiria em 40% a chance de uma tentativa de suicídio. Seja qual for a idade, o espaço para a escuta e para o acolhimento não pode ser subestimado como forma de lidar com a angústia e de salvar vidas, aponta The Trevor Project.

## 3. Resultados

**Objetivo Geral:**

Apresentar as ações de enfrentamento e a Rede de Atendimento para Pessoas Vítimas de LGBTFOBIA;

Discutir e capacitar os servidores da assistência social na elaboração de documentos técnicos solicitados que deverão ser enviados aos órgãos do SGD e sobre a Rede de Atendimento e serviços para os encaminhamentos devidos;

**Objetivos Específicos:**

- Refletir as diferenças e especificidades dos serviços de forma integrada e intersetorial;

- Informar a sociedade sobre a importância das diferentes áreas do saber e a sua interdisciplinaridade;

- Promover uma maior homogeneidade no enfrentamento da LGBTfobia;

- Formar multiplicadores nas diferentes áreas capazes de identificar à problemática e realizar a o procedimento adequado ao caso;

- Fomentar o diálogo de caráter continuado sobre a temática, bem como discutir as demandas atuais.

É possível afirmar que os objetivos foram alcançados conforme as atividades foram sendo realizadas, bem como ainda estão em fase de execução até o final do ano de 2019. Os servidores foram capacitados e foi elaborado e divulgado o mapeamento da Rede de Atendimento à População LGBTI para orientação e encaminhamento, o qual não existia antes do referido Projeto.

**Metodologia**

Ações, Campanhas, Seminários, Rodas de Conversa, Palestras e Mesa de debate e diálogo, Comunicação, educação, capacitação, informação e participação.

**Público - Alvo**

População LGBT, Psicólogos, Assistentes Sociais, Advogados, Servidores Públicos, Estudantes e Sociedade Civil.

**Monitoramento e avaliação**

O monitoramento da Proposta será realizado pelos responsáveis envolvidos, por meio da análise e diálogo, verificando sempre que possível a origem das solicitações e os procedimentos pertinentes.

**Cronograma de execução:**

| Data | Local | Responsável | Parceiros | Recursos |
|---|---|---|---|---|
| 23/01/19 08h às 14h | Auditório da FUNPAPA | PSEMC Creas Icoaraci | FUNPAPA, Proteção Social Básica | Estrutura de Som, Data Show. |
| 29/01/19 18h às 22h | Boate Malícia | Comitê Estadual de Enfrentamento à LGBTIfobia | FUNPAPA, PSEMC, CREAS Icoaraci, DPE, MPE, Ouvidoria, CDS/OAB PA | Técnicos da PSEMC, Material Informativo, folhas impressas de encaminhamentos, canetas. |
| 01/02/2019 | CREAS Rosana Campos - Comércio | CREAS Icoaraci e PSEMC | PCDF | Coodenação PSEMC, Técnico do CREAS Icoaraci e Coordenação PCDF |
| 08/02/2019 | Centro de Convivência Zoé Gueiros | CREAS Icoaraci | Proteção Social Básica | Estrutura de Som, Data Show e Folders. |
| 15/05/2019 | Fórum de Icoarai | CREAS Icoaraci | SGD | Estrutura de Som, Data Show e Folders. |
| 23/05/2019 | CRAS Outeiro | CREAS Icoaraci | CRAS Outeiro | Folders e Banner. |
| 24/05/2019 | Distrito de Outeiro | CREAS Icoaraci, Fórum de Icoaraci, Conselho Tutelar | Guarda Municipal e Polícia Militar | Ação Blitz Educativa, Folders e Técnicos do SGD. |
| 29/05/2019 | CREAS Manoel Pignatário | CREAS Icoaraci | CREAS Manoel Pignatário | Estrutura de Som, Data Show e Folders. |
| 30/05/2019 | OAB | CREAS Icoaraci | FUNPAPA, PCDF, PSEMC, OAB PA | Estrutura de Som, Data Show e Folders. |
| 23/08/2019 | OAB | CREAS Icoaraci | OAB, ABEN, CREAS Mosqueiro | Estrutura de Som, Data Show e Folders. |

**4. Referências**


BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. **Resolução n°109, de 11 de Novembro de 2009.** Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2009.

O Projeto Trevor. Pesquisa Nacional sobre Saúde Mental LGBTQ. Nova York, Nova York: **The Trevor Project**, 2019. Disponível em:

https://www.thetrevorproject.org/2019/08/28/research-brief-unstable-housing-and-lgbtq-youth-suicidality/.

Hatzenbuehler ML. **O ambiente social e as tentativas de suicídio em jovens lésbicas, gays e bissexuais**. *Pediatrics* , 2011. *127* (5), 896-903. doi: 10.1542 / peds.2010-3020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3081186/

**5. Registro Fotográfico**

5

Título da experiência:

# ESPORTE E LAZER: DIREITO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Experiência Ouro

Caroline Ferreira de Campos Ribeiro
Wilnelly do Socorro de Oliveira Pinheiro
Amanda Teixeira Pinto
Rayme de Sousa da Silva
Adriano Coutinho de Carvalho
José Kleber Silva Xavier Júnior
Fause da Silva Pereira
Liliane de Moraes Martins Torres
Viviane Sá Pereira de Brito

## 1. Introdução

Este relato versa sobre a prática de esporte e lazer realizada com os usuários do Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (Centro Pop), do município de Belém, que se desenvolve desde 13 de novembro de 2018, na quadra esportiva da Praça Dorothy Stang, todas às terças-feiras, no horário de 10h às 12h, contando com a participação de 13 (treze) usuários, 1 (uma) técnica de desporto e lazer e 1 (um) educador (social ou de rua). O objetivo principal desta experiência foi proporcionar alternativas à situação de rua e suas nuances, vivenciada pelos adultos que têm nela seu espaço de trabalho e/ou sobrevivência, visando a garantia de Direitos e inclusão Social.

Dentro desta política, temos o Decreto nº 7.053/2009, que conceitua população em situação de rua (P.S.R.) como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Assim, a atividade de esporte e lazer torna-se uma ferramenta de suma importância, não só para acolher e fortalecer vínculos de confiança, construir ou reconstruir vínculos familiares e/ou comunitários, restaurar e preservar a integridade e a autonomia dessa população, como também, para proporcionar benefícios físicos, mentais e sociais.

Portanto, a referida experiência envolvendo o esporte e lazer foi planejada para contribuir ainda com o afastamento do contexto da criminalidade, drogadição e a quebra

de rotina ociosa, visto que, a consolidação da prática desportiva de forma integral e transversal se relaciona diretamente com a redução de danos e garantia de direitos, ao trabalhar a superação de preconceitos, corresponsabilidade e compromisso de todos para a construção de alternativas de enfrentamento à situação de rua, conforme visa o Sistema único de Assistência Social (SUAS).

## 2. Desenvolvimento

A população em situação de rua é um fenômeno mundial que ganha diferentes contornos em cada região de acordo com o contexto histórico, social, cultural e as formas com que o poder público oferta ações, programas e serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que contribua para redução das violações desses direitos e construção de novos projetos de vida. A par disso, segue como surgiu a experiência descrita neste relato no âmbito do Centro Pop Belém e quais ações foram tomadas para sua concretização.

Durante o ano de 2018, o espaço físico do Centro Pop Belém passou por reformas, assim, educadores e técnicos tiveram que buscar alternativas para o atendimento e o desenvolvimento de atividades sócio pedagógicas, dentre as quais o esporte foi um meio sugerido pelos próprios usuários. Como o local não possui estrutura física para o esporte, pensou-se na utilização de espaços públicos, como praças ou escolas que tivessem quadras cobertas (em virtude da falta de tênis e do excesso de sol no horário disponível) o que necessitou de articulações com outros órgãos públicos e/ou sociedade civil. Além disso, fez- se necessário também, veículo para deslocamento, bolas, rede, lanche, banheiro, o que poderia ser fornecido pelo Centro Pop, mas que se mostrou inviável naquele momento.

Mesmo com os entraves, a implementação da prática esportiva com os usuários do referido Centro Pop começou a ser planejada, dada sua extrema importância[3]. Quanto a isso, Rouyer (1977) aponta a existência de uma prática esportiva democrática com potencial humanizante e educativo, reconhecendo que esta possibilidade colide com condições materiais criadas dentro das sociedades capitalistas. Com razão, a

[3] A questão da saúde é o ponto mais comum para se justificar a prática do desporto. Segundo o Ministério da Saúde, os benefícios da prática de atividades físicas vão além da manutenção ou perda de peso. Entre esses benefícios pode-se destacar a redução do risco de doenças cardíacas, diabetes e hipertensão, o fortalecimento de ossos e músculos, o aumento da disposição e maior predisposição ao convívio social.

experiência relatada só seria possível com o mínimo de estrutura, a qual a população em situação de rua não dispõe no espaço da rua, sendo necessária a intervenção do Estado para proporcioná-la.

Assim, a justificativa da necessidade para execução dessa atividade partiu da análise de que o esporte nasce como um direito do cidadão e dever do Estado, consignado nos artigos 6º e 217º da Constituição Federal de 1988[4]. Nesse sentido, o autor Pereira (2007), referenciando Doyal e Gough, explica que existem os "satisfadores universais e específicos", assim, podemos inferir o Esporte como um "satisfador universal" que são competentes para contribuir com a melhoria da saúde física e da autonomia do gênero humano em sua totalidade.

Tal referencial teórico serve para sustentar o posicionamento dessa equipe que percebe o esporte como instrumento necessário à concretização dos direitos de cidadania, o que vai muito além da questão física, e que se coaduna com os princípios e diretrizes preconizadas na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, como a *Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais [...]*.

Nessa perspectiva, a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) aponta a necessidade de integração das ações, como elemento de fortalecimento para uma *Rede* que faz do repensar da prática uma constante. Inclusive Bonalume (2011) ressalta que "vivemos numa época com profunda necessidade de ações unificadas e de métodos de superação de conhecimentos dispersos, capazes de reunir a prática e a teoria, objeto e sujeito, a realidade e o "valor" do homem". Assim, seria necessário para uma inclusão social substantiva que as políticas esportivas estivessem atreladas a uma rede de bens e serviços, intersetorial, disponíveis a essa população em situação de rua.

Após a entrega do espaço e o retorno dos serviços em setembro de 2018, a sugestão dos usuários foi retomada. Portanto, no início de novembro de 2018, fizeram-se parceria com as demais secretarias, inclusive a Fundação PRO PAZ, responsável na época pela quadra da Praça Dorothy Stang, que cedeu o espaço para uso nos dias de

[4] **Art. 6 –** "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição"
**Art. 217** – "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um [...]".

terça-feira e quinta-feira, de 10h às 12h. Contudo, garantiu-se pela sede da FUNPAPA veículo para a atividade apenas nas terças-feiras, sendo que o Centro Pop Belém disponibiliza lanche, a ser distribuído durante a atividade, em razão do desgaste físico.

A princípio a equipe planejou trabalhar a redução de danos, haja vista a participação na atividade seria um período em que os usuários estariam deixando de fazer o uso de substâncias químicas, assim como o esforço físico causaria certa estafa, diminuindo *a* procura imediata de tais substâncias. Outro ponto seria utilizar o esporte para preencher o tempo ocioso dos usuários, os quais, por permanecerem no espaço do Centro Pop, muitas vezes criavam discussões desnecessárias com servidores, desobedecendo às regras estabelecidas para boa convivência no espaço, cujas são extremamente difíceis de serem aceitas pelos usuários por conta da dinâmica da rua.

Considerando que o veículo disponibilizado tratava-se de um *Sprinter Van*, que possui apenas 16 (dezesseis) lugares, sendo um o do motorista, um do técnico de desporto e lazer e um do educador social ou de rua, sendo a atividade limitada a 13 usuários, ainda que houvesse outros interessados. Os escolhidos eram usuários que já haviam sido acolhidos ou estavam em acompanhamento. Em virtude da grande rotatividade, em todas as atividades era necessário fazer a repactuação das regras para que houvesse interação de todos.

Inicialmente havia uma roda de conversa, visto que a atividade tinha um viés para além da atividade física, abordando o respeito, trabalho em equipe, acolhida qualificada, sociabilidade, redução de ansiedade e depressão, fortalecimento de vínculos interpessoais e consequentemente a redução de danos. Importante salientar que os educadores e a técnica de desporto participam ativamente da atividade, interagindo com os usuários durante os jogos, participando dos times, onde geralmente se jogava futebol.

A vista disso percebe-se que a experiência rompe com a visão mercantilista (identificada quando se faz uma contextualização histórica do esporte[5]), reforçando o entendimento do esporte como elemento garantidor dos direitos de cidadania. A partir dessa atividade, a qual prioriza a universalização, democratização e integração, podemos identificá-la como um instrumento de inclusão social, que contribui para o combate de uma série de mazelas sociais.

[5] Tubino (1992) explica sobre a contextualização do esporte, que depois de ultrapassar o conflito "amadorismo versus profissionalismo" no primeiro paradigma, o conflito "capitalismo versus socialismo" no segundo paradigma, atualmente o grande conflito passou a ser o confronto permanente entra a lógica do mercantilismo e a ética esportiva"

## 3. Resultados Alcançados

Durante o primeiro mês pôde-se ter noção do impacto das atividades para os usuários. Reconhece-se que no primeiro dia o espaço da quadra foi utilizado, erroneamente pelos usuários, também para fazer uso de entorpecentes durante a atividade. Por conta disso, houve a construção coletiva juntamente com os usuários de regras disciplinares para o melhor desenvolvimento da atividade sócio esportiva. Portanto, percebeu-se o não uso de quaisquer substâncias entorpecentes nos meses seguintes, onde os próprios usuários sensibilizavam os outros participantes para que as regras fossem sempre respeitadas.

O interesse dos usuários foi muito além das expectativas, chegando ao ponto de alguns usuários comprarem material para prática esportiva como sapato, short e meia, sendo analisado pela equipe como um ponto positivo, pois os usuários estavam deixando de investir em hábitos não saudáveis em prol do bem estar pessoal. A exemplo temos, o usuário (foto 1), o qual nunca participava de nenhuma atividade, passou a interagir com os demais através desta atividade.

Observando-se o interesse e a participação dos usuários, pensou-se no torneio para a P.S.R. de forma a integrar outros espaços que atendem o mesmo público. Assim, o Centro Pop Belém, em articulação com a *Rede (Sejel, Centro Pop icoraci e Camar)*, realizou o I Torneio Esportivo (foto 2), no mês de agosto de 2019, em alusão ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, contando com a participação de sua equipe interdisciplinar. Foram três dias de atividades, desde futebol, dama, xadrez, até basquete. Para definição das equipes foi realizado escolha aleatórias, envolvendo usuários dos diferentes espaços, isso foi visto de forma positiva pelos usuários que manifestaram suas considerações ao final do torneio, parabenizando a atividade e destacando a importância de se ter misturado as equipes, visto que os usuários do Centro Pop Belém estavam mais preparados por conta da rotina esportiva, assim a distribuição dos times tornou a competição mais justa.

Vale ressaltar como outra consequência positiva dessa atividade, que se tornou rotineira nas terças-feiras do Centro Pop Belém, a participação dos usuários em eventos como o Dia do Desportista, assim como a Corrida do Círio que ocorrerá em 20/10/2019. Diante de todo o exposto, entende-se a experiência relatada como inovadora, pois agregou de forma sinérgica o convívio social, a corresponsabilidade e os vínculos de confiança através da atividade de esporte e lazer, além de contribuir diretamente para

redução de danos, de maneira geral a experiência proporcionou uma alternativa à situação de rua vivenciada pelos usuários diariamente.

## 5. Referências Bibliográficas


BONALUME, C.R.O. **O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer.** Revista Licere. Belo Horizonte: v.14, n.1, mar/2011. Disponível em < https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/782/583 > acesso em 02.jul.2019

PEREIRA, P.A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROUYER, J. **Pesquisas sobre o significado humano do desporto e dos tempos livres e problemas da história da educação física**. In: ADAM, Y. et al. Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa: Seara Nova, 1977.

TUBINO, M.J.G. **Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI.** In: MOREIRA, W.W. (Org). Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 10 outubro 2019.

BRASIL**. Resolução nº109 de 1 de novembro 2009 -** Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, Reimpressão 2014, Disponível em:https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em: 10 outubro 2019. Reimpressao 2014


## 6. Registro Fotográfico

**Foto 1**

**Foto 2**

6 Título da experiência:

# EU NÃO CONSIGO VIVER SEM MIM!

Mary Jane Souza de Sousa

Luana Xavier Sena

## 1. Introdução

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social "José Carlos Pacheco Dias", criado em 2014, é uma unidade operacional da Fundação Papa João XXIII, cuja especificidade é o atendimento de violação de direitos extensivo às diversas faixas etárias, sob uma perspectiva familiar. Está situado em Icoaraci, Distrito que cresceu de forma desordenada como área de expansão periférica da cidade de Belém, com alto contingente populacional e graves problemas sociais, dentre estes, a violência intrafamiliar e mais precisamente, contra a mulher.

Não existem muitos estudos publicados, dados estatísticos sobre o índice de violência intrafamiliar ou contra a mulher, exclusivos do Distrito em questão, salvo o que vem a ser divulgado na mídia local ou chamada "imprensa sensacionalista", cabendo uma leitura mais acurada dos Boletins de Ocorrência Policial da delegacia local e da Mulher. Contudo, o CREAS JCPD, em articulação com a rede de garantia de direitos do território (MP, VIJDI, CT II e V, delegacia, escolas, etc.), lida com dados reais, representado na expressiva e crescente demanda cotidiana, que acorrem aos vários Serviços oferecidos, em que se sobressai, de longe, violações contra mulheres crianças, jovens e também idosas. As modalidades de violência acolhidas e acompanhadas que se destacam são a física/ sexual, psicológica e financeira, dentre outras, vindo a contabilizar, grosso modo, cerca de 80 % das situações acompanhadas, tanto no Serviço PAEFI, quanto de MSE em meio aberto. Cabe ressaltar, que em grande parte, a questão não chega até a equipe como queixa principal, mas no processo de atendimento, emerge como uma necessidade de enfrentamento, ou seja, a questão fica muitas vezes subjacente e até passa despercebida nas escutas preliminares dos vários órgãos demandantes. Para ilustrar, oficialmente, expresso nos encaminhamentos PAEFI, as situações de violência contra a mulher somam 10%, mas de fato, esse número eleva para 80%.

O Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto do CREAS JCPD há alguns anos vem observando com incômodo o número preocupante de situações de violência contra as mulheres, evidenciadas durante o processo de acolhimento, no ato da entrevista familiar. São situações que se mostram secundarizadas perante a sentença judicial e o ato ilícito praticado, como se essas duas realidades não tivessem conexão ou repercussão nas realidades infracionais apresentadas. Outro aspecto observado são as semelhanças entre as histórias familiares contadas, fato que por si, vem gerando um perfil afim, cujas características tem sido a repetição de padrões intergeracionais de comunicação, presença de dependência química (especialmente o álcool) por parte dos companheiros homens ou, em menor escala, pelo casal; dependência financeira e submissão feminina mediante várias justificativas; mulheres oriundas do interior envolvidas em relacionamentos com supostos "protetores"; ciúmes e comportamentos obsessivos masculinos; sentimento de culpa/ abandono por parte das genitoras que trabalham fora com relação aos filhos; reprodução da violência pelos adolescentes e jovens em acompanhamento de MSE.

**2. Desenvolvimento**

O grupo de mulheres responsáveis por socioeducandos "Eu não consigo viver sem mim!", foi pensado e inserido enquanto projeto-atividade do Serviço de MSE do CREAS JCPD, no início do corrente ano, passando a constar do planejamento anual da unidade.

Em período anterior a implantação e desenvolvimento do projeto, a participação das famílias, em quase sua totalidade, representada por mulheres, comparecia basicamente às entrevistas iniciais, oferecendo resistência para se fazer presente no decorrer do acompanhamento. Dessa maneira, as participações eram pontuais e/ou pouco expressivas; as mães, com maior frequência, culpavam os filhos por todos os problemas familiares; declaravam a desistência destes ou o desejo de interná-los em alguma instituição para se distanciarem do problema e não serem chamadas a assumir sua condição legal. Contudo, era possível perceber o diferencial entre as situações de ausência e discreta presença feminina, pois os socioeducandos que contavam com o apoio e participação efetiva de uma mãe, avó, tia ou irmã mais velha alcançavam êxito em cerca de 90%, davam retorno positivo dos encaminhamentos recebidos, pareciam

mais motivados a assumir a responsabilidade por atos infracionais praticados e encerravam a MSE sem intercorrências.

No momento em que ocorre a criação do grupo de mulheres, em 28/02/2019, o olhar da equipe do Serviço de Socioeducação é ampliado, porque passa a se dar conta que na mesma proporção que os socioeducandos, as referências familiares femininas também prescindem de compreensão, fortalecimento, cuidado para que possam se tornar bases de apoio sociais eficazes na vida de seus filhos. Elas trazem histórias de violência doméstica mantidas ou já superadas e a proposta rompe com o isolamento ou percepção individualizada, apontando para uma perspectiva social, em busca de alternativas de resolução e até organização coletiva.

As referências metodológicas utilizadas pela equipe técnica vem sendo a Terapia Comunitária, de base sistêmica, de Adalberto Barreto, que em linhas gerais, trabalha com a eleição do problema de maior gravidade; a escuta e conhecimento do problema pelo grupo para sua melhor compreensão; percepção/ identificação do mote (o que subjaz ao inconsciente grupal) e a proposição de alternativas de resolução coletiva para o problema, se valendo de rituais de agregação diversificados. Algumas contribuições do Grupo Operativo, como regras, papéis exercidos pelos participantes e o fazer, enquanto representação do processo grupal. O grupo também cumpre o papel de informar sobre o sistema/ rede de proteção e garantia de direitos, aprofundar questões relativas às construções sociais, em particular, origem da família, organização social, patriarcalismo, papeis historicamente instituídos de homem e mulher, dentre outros.

**3. Resultados alcançados**

- ✓ 90% de participação efetiva das responsáveis de socioeducandos nas reuniões mensais (última quinta-feira de cada mês), sejam exclusivas com mulheres ou em conjunto com os adolescentes e jovens, ou seja, a família se tornou mais presente aos acompanhamentos;
- ✓ Melhora da comunicação entre instituição e família e das responsáveis com seus filhos, segundo relato dos envolvidos no processo;
- ✓ Aumento da participação nos eventos gerais do CREAS;
- ✓ Mulheres poliqueixosas, sensibilizadas, aparentemente depressivas, à medida que se oportunizaram a compartilhar e admitir suas dificuldades,

melhoraram o humor, grau de resiliência, equilíbrio, fortalecimento emocional;

- ✓ Melhora discreta no vínculo de confiança e comunicação, haja vista que a comunicação truncada ainda se apresenta como a maior dificuldade das famílias;
- ✓ Acesso a informação sobre a rede de serviços, pois a equipe vem a imprimir e disponibilizar endereços, telefones, fluxo de atendimento;
- ✓ Mulheres de várias gerações puderam falar de suas histórias, a maneira como foram criadas, educadas, vindo a refletir e questionar as bases do modelo patriarcal de família, face a dependência financeira, comportamento opressivo, sobrecarga de responsabilidades, desvalorização da mão-de-obra feminina, dentre outros;
- ✓ O grupo soube respeitar o tempo e a necessidade de cada mulher falar reiteradamente de suas dificuldades até a elaboração de seus sentimentos em relação ao problema;
- ✓ O grupo assimilou bem as regras e a importância do sigilo grupal;
- ✓ A religião se apresentou como alternativa de superação para 70% das mulheres;
- ✓ Desconstrução da ideia inicial de que a violência doméstica afeta apenas a mulher, mas, baseado em relatos das participantes, envolve a todos os membros da família;
- ✓ A família para 80% das participantes não é um espaço seguro;
- ✓ 70% das mulheres relatam ou demonstram dificuldades para expressar afeto positivo, fazer carinho, tocar nos filhos;
- ✓ 90% das mães convivem com sentimento de culpa, desde a infância dos filhos, por tê-los deixado sozinhos ou com terceiros para poder trabalhar;
- ✓ 90% dos filhos que praticaram atividades ilícitas acompanhados por este CREAS apresentam mágoa, revolta e não possuem um bom relacionamento com as mães que precisaram trabalhar para sustentá-los, passando longo período fora de casa.
- ✓ Para o alcance dos resultados descritos, a equipe responsável, constituída por uma Assistente Social e uma Terapeuta Ocupacional, se valeram de dinâmicas/ técnicas grupais diversificadas; entrevistas; contação de histórias; vídeos; teatralização; audição de músicas de gêneros variados;

desenvolvimento de temas/ assuntos complexos/ densos de forma simples e compreensível.

**4. Relatos significativos**

"Eu aprendi que se as coisas não estão dando certo, a gente casa, separa e vai ser feliz";

"Meu neto espancou a ex-namorada, mas nossa família não ficou do lado dele, ele errou! (se emociona)";

"Meu irmão é gigolô, espanca as mulheres com quem convive, mamãe protege, mas eu não apoio, vou levar o endereço da DEAM para minha cunhada, ela não tem pra onde ir";

"Eu vou levar o endereço da DEAM para a mulher atual do meu ex-companheiro. Coitada! Tenho pena dela, tá passando pelas coisas horríveis que eu já passei".

**4. Referências Bibliográficas**

SINASE. Sistema Nacional Socioeducativo. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

Lei 11.340, Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência familiar contra a mulher.

Lei no. 12435 complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAFFIOTI, Helleieth I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

NAVARRO-SWAIN, T. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: NAVARRO-SWAIN.

## 5. Registro fotográfico

Diálogo sobre o modelo patriarcal e relação de gênero.

Relembrando a infância e a construção dos papeis sociais.

Contação de histórias.
Importância da presença familiar para filhos drogaditos.

Dividindo responsabilidades.

Celebração de encerramento de MSE de uma jovem e despedida de uma mãe participante ativa.

7 Título da experiência:

# GRUPO PSICOSOCIOEDUCATIVO PAEFI/MSE: FORTALECENDO VÍNCULOS

Andreza Natália G. da Costa
Cecília Moraes dos Santos
Delma Julia Torres Guedes Sampaio
Luciene Luciane Afonso Ferreira
Margarete Moraes dos Santos
Maria Vitória Pimentel Queiroz
Mauro de Souza Alves
Roberta Roberta Gilet Brasil de Brito
Vânia Regina Siqueira Silva

## 1.Introdução

O CREAS Rosana Campos desenvolve serviços específicos conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a Tipificação dos Serviços Socioassistencias (2014), dentro desse contexto, no referido espaço executa-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço de Medidas Sócio Educativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), além do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

Ao longo de cinco anos de execução paralela dos serviços de MSE e de oferta do PAEFI de acompanhamento às famílias e/ou adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas neste CREAS, pôde-se avaliar que, boa parte dos adolescentes autores de atos infracionais acompanhados pelo PAEFI, em algum momento de sua história de vida foram e/ou são vítimas de violação de direitos. Adolescentes com histórias infantis de negligência familiar, abandono, expostos a riscos provenientes de suas famílias e/ou comunidades, com histórico de fragilidades nas relações intrafamiliares, além de alta exposição ao uso e tráfico de drogas ilícitas. Havendo, portanto, grande importância do trabalho do PAEFI neste cenário de violações. Mesmo assim, observou-se que as famílias encaminhadas pelo serviço de MSE para acompanhamento psicossocial unifamiliar no PAEFI apresentaram quase sempre frequência variável e muitas evasões.

Diante desses resultados, as equipes do PAEFI e MSE decidiram adotar outra modalidade de intervenção, iniciando em julho deste ano, o acompanhamento grupal integrado às famílias oriundas do serviço das medidas socioeducativas (MSE). O

objetivo principal desta prática é qualificar a forma de vinculação com os adolescentes e suas famílias, mobilizando-os coletivamente para o olhar mais amplo sobre o contexto de violações a que a família esteve e está exposta, e dessa forma possibilitar a superação de suas fragilidades e prevenção da ocorrência de novas violações e infrações.

**2. Desenvolvimento**

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu em seu artigo 112 as medidas a serem aplicadas nas situações de ato infracional cometido por adolescentes, no entanto, a regulamentação da execução de tais medidas ocorreu somente no ano de 2012 com a sanção da lei 12.594, que além de regulamentar as ações socioeducativas, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012). A MSE tem dentre seus objetivos a integração social do adolescente, por meio do cumprimento do plano individual de atendimento (PIA), que por sua vez, é elaborado pela equipe técnica do serviço com a participação do adolescente e de sua família devendo prever, dentre outros aspectos, atividades de integração social e familiar.

Complementando este serviço, o PAEFI atua no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e/ou indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violências (física, psicológica e/ou sexual), negligência, afastamento do convívio familiar por ocorrência de medida socioeducativa ou de proteção e vivência de outras violações de direitos; objetiva, sobretudo, promover o acesso dos usuários a seus direitos, preservar e fortalecer os vínculos familiares/comunitários, e fortificar a função protetiva das famílias.

Nesse sentido, tornou-se importante integrar os serviços do PAEFI com o da MSE, uma vez que esses adolescentes/famílias, em alguns momentos de suas histórias de vida, vítimas de violação de direitos. Diante dessa realidade, a equipe multiprofissional deste CREAS sempre prezou em desenvolver um trabalho integrado entre tais serviços.

Antes da implantação da prática grupal, a equipe da MSE avaliava a situação do adolescente e sua respectiva família e dependendo do caso agendava para atendimento unifamiliar no PAEFI, no entanto com o passar do tempo, observou-se que as famílias encaminhadas pelo serviço de MSE para acompanhamento psicossocial no PAEFI demonstravam quase sempre, adesão frágil, parcial e momentânea. Em geral, com certo grau de resistência dos adolescentes em expor seus anseios nos acompanhamentos individuais.

Reavaliando tais resultados e as metodologias de atendimento utilizadas, as equipes do PAEFI e MSE decidiram utilizar outras possibilidades, baseando-se que a oferta de serviço dentro do CREAS requer por parte dos profissionais, a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado (MDS, 2011). Sendo assim, em julho deste ano foi dado início ao acompanhamento grupal integrado às famílias e adolescentes oriundos do serviço de MSE.

A prática teve início em 11/07/2019 agregando os adolescentes inseridos na MSE nos meses de maio e junho. Essa metodologia ampliou a utilização de modalidade de atendimento grupal no CREAS, conforme prevê as Orientações Técnicas (2011); e utilizou o efeito de ressonância psicológica do trabalho grupal como forma de estímulo e fomentação ao exercício de fortalecimento de vínculos; construção de projetos de vida; autonomia e esclarecimento de deveres e direitos. Conforme Murta (2008) as intervenções grupais são contextos propícios para a transformação dos sujeitos e ela envolve tanto aspectos cognitivos, como aspectos motivacionais-afetivos, como aprender a confiar no grupo e desejar mudar.

Inicialmente foram realizadas 02 (duas) reuniões de planejamento, entre técnicos do PAEFI e da MSE e educadores. Foram pautadas como condições metodológicas do trabalho grupal: integração entre equipes (no planejamento e execução do acompanhamento); avaliação contínua dos encontros para cumprimento dos objetivos comuns delineados; utilização de trabalho grupal no formato socioeducativo (quando realizado pela equipe de MSE) e de grupo operativo para os técnicos do PAEFI, uma vez que estes visam evidenciar aspectos psicossociais da dinâmica das famílias. O grupo operativo consiste em um trabalho, cujo objetivo é promover um processo de aprendizagem para os sujeitos envolvidos, no sentido de instrumentalizá-los para uma prática de transformação de si, dos outros e do contexto em que estão inseridos (BASTOS, 2010).

No planejamento determinou-se que a cada dez (10) novos inseridos para cumprimento de MSE seria agendado o momento de acolhida desses adolescentes e suas famílias de forma integrada PAEFI e MSE. Posteriormente, as famílias escolheriam dentre os grupos da manhã e da tarde, conforme disponibilidade dos adolescentes/famílias. Cada encontro seria registrado, destacando-se seus objetivos, metodologias e resultados. O grupo foi caracterizado como grupo aberto (possibilitando

a entrada de novos participantes), com periodicidade mensal e com a utilização do próprio espaço do CREAS. Havendo a previsão de realização de atividades em espaços externos, desde que fossem coerentes aos objetivos do trabalho grupal. Foi realizada visitação ao Planetário.

**3. Resultados Alcançados**

Avaliando-se esta prática, pode-se afirmar que o acompanhamento dos adolescentes/famílias em grupo operativo foi e ainda tem sido eficaz, pois os resultados qualitativos demonstram que a modalidade grupal promoveu um processo de aprendizagem, proporcionando aos participantes reflexões sobre diversos contextos. Os dois encontros iniciais promoveram discussões com verbalizações dos usuários sobre seus desconhecimentos e incompreensões acerca da Política de Assistência Social; dos serviços oferecidos por ela; sobre o CREAS; e sobre a diferenciação das demais políticas setoriais, tais como a Educação.

Através da discussão coletiva, foi possível minimamente contemplar tais aspectos fundamentais na qualidade da vinculação dos usuários às equipes da unidade; da compreensão e pactuação de objetivos do acompanhamento, especialmente, nos moldes não obrigatórios do PAEFI; bem como estimular a autonomia e o controle social, a partir do entendimento da política social e demais políticas setoriais do Sistema de Garantia de Direitos.

Os demais encontros possibilitaram a fomentação da identidade grupal inicial tanto dos responsáveis quanto dos adolescentes, pois no desenvolver da metodologia da roda de conversa (parâmetros operativos) houve o compartilhamento das situações e problemas vividos com reconhecimento dos aspectos comuns às experiências das famílias, tais como dificuldades nas relações de autoridade, evasão escolar, sub-empregabilidade, preconceitos, episódios de violência física e psicológica nas relações parentais e conjugais, violência policial, territórios violentos, uso e tráfico de drogas na família e na comunidade, duvidas referentes às diferentes fases do desenvolvimento.

A discussão coletiva possibilitou o mútuo reconhecimento das vivências de violações de direitos na família, anteriores à ocorrência do ato infracional do adolescente; reconhecimento de vulnerabilidades e riscos na família e no território; estímulo à pactuação autônoma e participativa no acompanhamento PAEFI e sua diferenciação e complementariedade ao cumprimento da medida socioeducativa.

A visita ao Planetário foi mobilizadora da reflexão realizada em setembro com o grupo de adolescentes no CREAS, no qual eles evoluíram para relatos sobre as condições escolares precárias; as dificuldades de aprendizagem; os níveis de violência e desemprego nos bairros "vermelhos"; o desejo de ter coisas e "empregos bacanas" (sic); as experimentações com as drogas; a dificuldade de dizer não aos amigos que "chamam pro erro" (sic); as dificuldades financeiras das famílias; o preconceito de voltar para escola; a ansiedade de fazer o juiz saber que estão "no correto" (sic); as violências policiais e as surras comunitárias que os fazem temer a morte e "afastam do robo" (sic); o nascimento dos filhos; o desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e as percepções sobre o que é a adolescência.

Este encontro até o presente momento pode ser considerado um marco qualitativo positivo na assistência prestada a este público, uma vez que eles apresentaram disponibilidade de falar; de relatar suas experiências; de problematizar e expor-se afetivamente em intensidade muito superior á apresentada nos acompanhamentos individualizados oferecidos durante esses anos pelos profissionais de acompanhamento PAEFI/MSE deste CREAS. Demonstrando um caminho de conquistas possíveis dos objetivos pautados nesta prática.

**4. Referências Bibliográficas**

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. **A técnica de grupos operativos à luz de Pichon Hivièri e Henri Wallon.** Psicologia Informação. Ano 14, n, 14 jan./dez. 2010.

BRASIL. Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social -CREAS.** Gráfica e Editora Brasil LTDA. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004**. Brasília, 2005

BRASIL. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990.
MURTA, Sheila Giardini. **Grupos Psicoeducativos: aplicações em múltiplos contextos.** Goiânia: Porã Cultural, 2008.

## 5. Registro Fotográfico

**GRUPO MSE/PAEFI (TARDE)**

**VISITA MONITORADA MSE/ PAEFI AO PLANETÁRIO**

**ACOLHIDA**

**ACOLHIDA**

**GRUPO MSE/PAEFI (MANHÃ)**

**VISITA MONITORADA MSE/ PAEFI AO PLANETÁRIO**

8 Título da experiência:

# INTEGRALIDADE ENTRE CREAS E CRAS NA AÇÃO INTERSETORIAL NUMA ESCOLA PÚBLICA

Andreza Natalia Gonzaga da Costa
Luciene Afonso Ferreira
Belanny Barbosa Lopes
Fernanda Siqueira Lima
Sue Ellen Fonseca da Rocha

## 1. Introdução

Tomando como base o artigo 3º da Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS-2012) que refere-se aos princípios básicos organizativos do SUAS, dentre eles a integralidade e intersetorialidade. O presente trabalho teve como objetivo geral estabelecer a integração e articulação da rede socioassistencial por meio dos equipamentos do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Rosana Campos e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jurunas junto à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Benedito Chaves e, ainda, informar sobre os serviços desenvolvidos no CREAS e CRAS, bem como promover à comunidade escolar reflexões sobre assuntos que permeiam a vida em sociedade.

## 2. Desenvolvimento

O presente trabalho foi norteado por meio das legislações referentes à Política de Assistência Social, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS-1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS-2005) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2012). Tais legislações devem ser respeitadas para que Assistência Social tenha efetivamente o seu caráter de direito enquanto política pública. No município de Belém, o órgão gestor da Política de Assistência Social é a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) que atua na organização e operacionalização dos serviços socioassistenciais.

Dentre os equipamentos que disponibilizam tais serviços à população estão o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e destinados à famílias e/ou indivíduos que vivenciam vulnerabilidades sociais e violência e/ou violação de direitos,

necessitando de apoio, orientação e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares.

A partir das experiências vivenciadas no trabalho social com as famílias no território do CREAS Rosana Campos, pode-se verificar as potencialidades e as vulnerabilidades presentes nas comunidades da área de abrangência. Uma das vulnerabilidades observadas pela equipe do serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) é o fato de boa parte da população desconhecer os serviços oferecidos pelo CREAS e pelo CRAS nas comunidades, pensou-se, então, na realização de ação integrada entre os referidos equipamentos abrangendo a área da Educação, por ser uma política pública essencial no desenvolvimento do indivíduo.

Nesta perspectiva, a equipe técnica do PAEFI do CREAS Rosana Campos, realizou contato com os profissionais do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS Jurunas a fim de promover a referida ação integrada que foi realizada em uma escola pública localizada no território comum aos dois equipamentos. Vale ressaltar, que conforme dados obtidos no documento da Rede Intersetorial elaborado pelo Setor de Vigilância Socioassistencial (SEVISA) da FUNPAPA em 2016, o bairro do Jurunas concentra uns dos maiores contingentes populacionais do município, grande índice de criminalidade e famílias em situação de pobreza.

Devido a esta realidade, no mês de março de 2019 foi feita articulação com a Escola Padre Benedito Chaves que aceitou a proposição de realizarmos a ação integrada por meio de atividades de discussão e reflexão, em grupos, com alunos e suas famílias no próprio espaço físico da escola. Foram elencados pelas equipes técnicas do PAEFI e PAIF, com a colaboração da equipe pedagógica da escola, os seguintes temas a serem discutidos nos respectivos meses do primeiro semestre de 2019: “Bullying” no mês de abril; “Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no mês de maio”; e “Trabalho Infantil” no mês de junho. Além das temáticas, foram apresentados os serviços do CREAS e CRAS, bem como os objetivos de tais serviços no território. As turmas que participaram das atividades foram as duas turmas do 9º ano do ensino fundamental do turno da manhã, cujo quantitativo foi de, aproximadamente, 60 alunos ao mês.

O planejamento elaborado envolvia não só os alunos, mas também os responsáveis, então se pensou que, enquanto uma equipe composta por uma dupla de profissionais do

PAEFI e PAIF abordava o tema com os alunos; outra dupla de profissionais dos serviços supracitados ficariam com os responsáveis. No entanto, só houve a participação de 20 responsáveis no mês de abril, pois a direção da escola havia comunicado que as informações seriam referentes ao programa Bolsa Família. No mês de maio devido ao calendário de reuniões da própria escola, não foi viável comunicar os responsáveis e no mês de junho, apesar do convite feito pela escola, compareceram apenas 04 responsáveis. Logo, neste mês a atividade foi conjunta com alunos e responsáveis.

No momento inicial dos encontros, procurou-se estimular os participantes a manifestarem o conhecimento que já possuíam sobre o tema gerador. A partir das verbalizações, novas reflexões surgiram, sendo mediadas pelos técnicos dos serviços PAEFI e PAIF, mas, sempre respeitando a autonomia de cada pessoa no processo de construção de seu próprio conhecimento. Além disso, foram utilizados como recursos, slides, vídeos, dinâmicas de grupo, e, ao final de algumas atividades nas quais materiais foram produzidos a fim de materializar o aprendizado obtido.

Ao término de cada encontro foi realizada uma avaliação na qual os alunos relataram sua experiência no grupo, apontando aspectos positivos e aqueles que poderiam ser melhorados durante a prática. Desta forma pretendeu-se tornar os participantes como protagonistas do próprio formato metodológico das discussões fomentadas no grupo, promovendo autonomia e autodeterminação.

No mês de junho em que foi realizada a última ação do primeiro semestre, foi feita também uma avaliação juntamente com a direção da escola que considerou as atividades bastante proveitosas e positivas no cenário escolar, solicitando, se possível, continuidade das atividades no segundo semestre. A partir do alto índice de pessoas em sofrimento psíquico e de suicídio, durante o segundo semestre, a equipe do PAEFI e PAIF avaliou ser importante abordar o tema “Prevenção ao suicídio” junto à comunidade escolar, pois tal prática passou a ser veiculada de forma recorrente nos noticiários locais. Logo, foi feita nova articulação do CRAS junto à escola para a execução de nova ação integrada, agora contando com a participação de uma profissional do CAPS Grão Pará, além das técnicas do PAEFI. A referida atividade ocorreu no mês de outubro, contando com a participação de 80 alunos, sendo duas turmas do 9° ano e uma turma do 7º ano, do turno da manhã.

A metodologia adotada foi baseada na ideia de Paulo Freire, dentre elas o da “inconclusão do ser humano”, que, uma vez compreendido dialeticamente é capaz de

transformar a natureza e de ser transformado por ela, num processo constante de recriar e recriar-se (FREIRE, 1966). Desta forma, homens e mulheres estão inseridos no mundo não com o objetivo de se adaptar a ele, mas como "sujeitos" que o transformam. O agir como "sujeitos" gera, consequentemente autonomia e o protagonismo humano. Além disso, procurou-se fomentar a participação de todos dando liberdade para exporem seus pensamentos, perguntarem, e de representarem, de forma coletiva, os conhecimentos adquiridos.

**4.Resultados Alcançados**

Tomando por base o objetivo geral, pode-se afirmar que a prática conseguiu alcançá-lo de forma eficaz, pois foi possível desenvolver a integralidade entre os dois serviços PAEFI e PAIF e a intersetorialidade com a Escola Pública Estadual Padre Benedito Chaves. Essa intersetorialidade foi tão positiva que a direção escolar e a pedagoga solicitaram a continuidade da ação e sugeriram que fossem envolvidas outras turmas. Vale ressaltar a importante articulação ocorrida no mês de outubro que envolveu não só a Assistência Social e a Educação, mas também a Saúde.

Durante avaliação das atividades junto a direção da escola, esta considerou a temática abordada em abril sobre o "Bullying" muito importante, pois é a realidade que grande parte dos alunos vivenciam no cotidiano escolar e acabam naturalizando tal prática, o que torna as relações entre os alunos conflituosas. Vale ressaltar que 20 responsáveis estiveram presentes e participaram da roda de conversa, tiraram dúvidas e a partir de alguns relatos, consideraram que também ocorria a prática do "Bullying" dentro do próprio ambiente familiar.

Outro relato importante, ocorreu em maio durante a temática sobre "Abuso e exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" onde ao final da atividade uma adolescente procurou a equipe do CRAS e relatou que havia vivenciado este tipo de violência, além de uma outra adolescente solicitar orientações sobre sexualidade. A equipe pode perceber que a maioria dos adolescentes só entendia o abuso enquanto a prática do ato sexual. Os alunos participantes produziram cartazes que foram expostos na escola, conforme relato da diretora, eles ficaram entusiasmados e comentavam sobre a atividade pelos corredores.

No mês de junho, durante a atividade sobre "Trabalho Infantil", apenas 4 responsáveis estiveram presentes, logo, a atividade foi conjunta com os alunos, e

durante a exposição do tema a equipe percebeu que o grupo considerava trabalho infantil apenas o trabalho executado por crianças e desconhecia a proibição de trabalho aos adolescentes.

No mês de outubro, após a atividade sobre "Prevenção ao suicídio", foi feita nova avaliação junto a diretora que verbalizou que recentemente tomou conhecimento que um aluno do 7º ano já havia tentado suicídio mais de uma vez e que teria dito que iria se jogar da caixa d´água localizada dentro da escola. Ela considerou o trabalho desenvolvido na ação integrada importante, pois a equipe do CREAS e CRAS pode abordar o tema com mais profundidade.

Por outro lado, a dificuldade enfrentada foi a baixa presença dos responsáveis. Durante o momento da avaliação com a direção e a pedagoga da escola, foi relatado que é comum a pouca participação deles nas atividades realizadas na escola e que talvez o público maior tenha sido no mês de abril, porque a escola utilizou como artifício, a divulgação de que os profissionais do CREAS e CRAS falariam, também, sobre o Programa Bolsa Família.

## 5. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Brasília, 1993

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único da Assistência Social - SUAS**. Brasília, 2005.

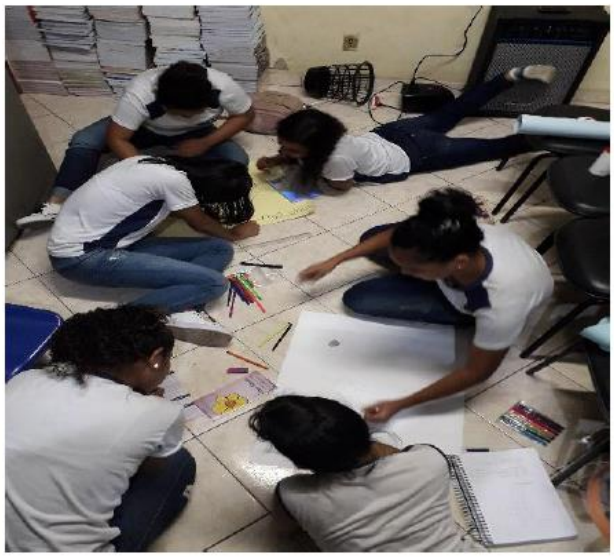
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília, 2012.

BELÉM, Fundação Papa João XXIII. Setor de Vigilância Socioassistencial. **Rede Intersetorial – CRAS Jurunas**. Belém, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1966.

## 6. Registro Fotográfico

Atividade em abril – Tema: Bullying.



Atividade em maio – Tema: Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Atividade em junho – Tema: Trabalho Infantil.

Atividade em Outubro – Tema: Prevenção ao Suicídio.

9 Título da experiência:

# MEIO AMBIENTE, MEU TERRITÓRIO

Experiência Ouro

Thyago Reis Paula

Renata Suellen Rocha Ferro

## 1. Introdução

A partir da temática do meio-ambiente, busca-se transformar os jovens como protagonistas no desenvolvimento de soluções sustentáveis para o seu território. Nesse sentido, o SCFV do CRAS TAPANÃ desenvolve atividades voltadas para o meio-ambiente, sendo que durante tal percurso, será estimulado o fortalecimento de vínculos e a conscientização ambiental. O projeto parte também da necessidade de soluções que envolvam a comunidade e o CRAS Tapanã.

Escolheu-se aplicar o projeto com a faixa etária de 13 a 17 anos, pois os jovens são agentes de mudança e eles reagem muito mais rápido a globalização e aos avanços tecnológicos. Agora eles estão preocupados com o que está acontecendo ao redor de si mesmos, o que os coloca como os principais propulsores da mudança no mundo. (KOTLER, 2017).

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. Imersão Preliminar

A partir da abordagem do *design thinking* de Silva (2018), foi definido um percurso para trabalhar a temática do meio-ambiente e território com os adolescentes de 13 a 17 anos. Essa metodologia se caracteriza por associar o pensamento abdutivo para a resolução de problemas, de forma prática e baseada na tentativa-erro. É uma ferramenta altamente utilizada em soluções inovadoras para negócios, mas nesse projeto ela foi aplicada para apresentar resultados à comunidade, ao CRAS e ao SCFV.

Na imersão preliminar, foi questionado o que seria meio ambiente de acordo com a concepção deles e logo em seguida foram esclarecidos os fatos. Após eles identificarem que o meio ambiente também é onde se habita, eles responderam 9 perguntas extraídas do livro “Meu pequeno grande mundo” de Carvalho (2019). O

objetivo dessa atividade foi fazê-los refletir sobre o seu território, a fim de reconhecer as suas mazelas e também as coisas boas.

Como parte da imersão, foi exibido o documentário *Cowspiracy* de Kip Andersen e Keegan Kuhn, o qual mostra que a agropecuária é a principal causa da grande maioria dos problemas ambientais do planeta e porque isso é completamente ignorado. O filme oferece uma nova perspectiva para os adolescentes sobre a relação do homem com o seu território.

Na semana seguinte, os jovens visitaram o Parque Mangal das Garças para reconhecer a boa relação entre o homem e a natureza. Durante a visita, eles descobriram fatos sobre o seu território e valorizaram aquele ambiente, o que os estimulou a trazer um pouco daquele espaço para onde eles habitam.

**2.2. Pesquisa de campo**

Os jovens visitaram um local próximo ao CRAS Tapanã, onde o despejo de lixo era inadequado. O ambiente tinha passado por uma limpeza superficial, mas ainda era um local propício para o despejo de lixo. Nesse sentido, foram elencado alguns problemas a partir de perguntas como "há instalação de lixeiras?" e "como o material é despejado?". Em seguida, eles representaram a boa e a má relação com o meio ambiente e como gostariam de ver a sua comunidade através da técnica de colagem.

**2.3. Análise e síntese**

Após a coleta de informações através da imersão preliminar e da pesquisa de campo, foram identificados o problema gerador e os secundários. O primeiro corresponde a má relação das pessoas com o seu meio ambiente, já os secundários são: despejo de lixo na cidade, poluição e o consumo exagerado de carne.

A partir dos problemas encontrados, a próxima etapa foi a criação de personas, as quais segundo Silva (2018), são "arquétipos, personagens ficcionais, concebidos a partir da síntese de comportamentos observados [...] Representam as motivações, desejos, expectativas e necessidades, reunindo características significativas de um grupo mais abrangente.".

Nesse sentido, definimos duas personas que representam o morador do local para facilitar as possíveis soluções. Um grupo ficou responsável de fazer uma

encenação sobre a persona criada e outro criou dois painéis semânticos que representam o estilo de vida das personas.

Persona 1: Geremilda tem 18 anos, mora em uma casa no Tapanã em uma área de várzea, junto com seus pais e a irmã mais nova. O seu pai trabalha, mas gasta todo o salário no bar, assim, ela ajuda sustentar a família. Ela trabalha durante o dia na Bob's, mas metade do seu dinheiro vai para o aluguel da casa que por sinal, está atrasado. A noite, ela vai para faculdade de letras na UNIP, pois tem o sonho de se formar e ajudar quem mais precisa. Geremilda gosta muito de comer massas e por isso está acima do peso. Sua mãe se preocupa com a alimentação dela, até mantém uma plantação em casa, mas Geremilda resiste e não liga para a horta. Ela não tem cuidados pessoais e não se preocupa com o destino adequado do lixo.

Persona 2: Raimundinha tem 72 anos e mora no apartamento no Capucho, junto com o neto e a nora. Ela é aposentada e faz artesanato para complementar a renda. Ela sonha em viajar para Paris e tomar um banho em Mosqueiro. Ela gosta de comer peixe com açaí e adora passear no Parque Shopping, no Museu e no Mangal das Garças. Por este motivo, ela mantém práticas sustentáveis, como o cultivo de temperos e hortaliças no seu apartamento.

Na descrição das personas, também foram criados problemas fictícios baseados nos problemas reais, a fim de gerar soluções mais assertivas. Com isso, foi possível ter um direcionamento mais definido, o que não havia antes.

### 2.4. Ideação

Na etapa de ideação, como o próprio nome já diz, o objetivo principal é produzir o maior número de ideias possíveis, assim utilizou-se a ferramenta chamada *Brainstorming*. No primeiro momento, foi resgatado o conteúdo abordado nos encontros anteriores, em seguida, os jovens assistiram um vídeo introdutório sobre práticas sustentáveis, chamado: 10 formas de poluir menos o planeta do canal Manual do Mundo de Iberê Tenório.

Para fazer a tempestade de ideias, foram divididos 2 grupos. Um devia propor soluções para a Geremilda e o outro para a Raimundinha. Após a aplicação da ferramenta, foi selecionada uma ideia de cada grupo em conjunto com os jovens:

**Solução Geremilda:** Criar um manual de hábitos sustentáveis, incluindo receitas saudáveis que reaproveitam alimentos para auxiliá-la também na redução de peso.

**Solução Raimundinha:** Criar uma horta para apartamento junto com ela e ajudá-la a construir oficinas e palestras a partir do seu conhecimento.

Apesar das duas ideias serem boas, os jovens escolheram trabalhar com a solução para a Raimundinha. Desta forma, no próximo encontro eles fizeram a prototipação, ou seja, formularam a ideia em discussões e através de materiais secundários, como massa de modelar, papel paraná, entre outros.

## 3. Resultados alcançados

Essa metodologia, sobretudo a etapa de geração de ideias, permitiu que eles visualizassem e entendessem o resultado final da solução proposta. Além disso, a atividade promoveu o protagonismo dos adolescentes mediante a geração de ideias para melhorar o seu ambiente, assim como prevê Brasil (2010).

Após a geração de ideias, os jovens iniciaram a produção da horta, a qual ainda está em andamento. No entanto, durante o percurso os objetivos já foram cumpridos, como o fortalecimento de vínculos, devido à realização de atividades que estimulavam o trabalho em equipe.

A cada encontro, os jovens também traziam discussões sobre o tema, além de levar o debate para a família. A partir disso, segundo relatos, eles começaram a colocar em prática o que havia aprendido, como a separação do lixo, a preferência por insumos orgânicos e a valorização do seu território.

Nesse sentido, observa-se que o projeto é versátil e pode ser aplicado dentro de outra temática e outras faixa etárias. Também, este projeto surge como um modelo prático e acessível para outros espaços.

## 4. Referências Bibliográficas:

ANDERSEN, Kip; KUHN, Keegan. **Cowspiracy**: O segredo da sustentabilidade. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S-XP79o8gqQ. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos:** prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

CARVALHO, Alexandre. **Meu pequeno grande mundo**. 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 2019.

SILVA, Maurício; Et al… **Design thinking**: inovação em negócio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

TENÓRIO, Iberê. **10 formas de poluir menos o planeta**. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=4bcBifYGLgk. Acesso em: 01 ago. 2019.

**5. Registro fotográfico:**

Figura 1: Prototipação

Figura 2: Painel do estilo de vida das personas

Figura 3: Produção das colagens do estilo de vida das personas

Figura 4: Pesquisa de Campo.

10 Título da experiência:

# PELO AVESSO: ROMPENDO O CICLO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Lia Cristina da Silva Botega
Maria Lidiane Monteiro Sodré
Claudia Maria Mathias Cezar

## 1. Introdução

Compreender o fenômeno da violência exige uma percepção ampla e polissêmica pois este possui definições e compreensões variadas por muitos estudiosos. Domenach (1981 apud Minayo e Souza, 1999) pontua que a violência se encontra imbricada nas relações sociais incutido de uma dialética entre vítima e algoz o que leva a acreditar que além de forças exteriores que se impondo à indivíduos e sua coletividade, também existem fatores internos e que necessitam de reflexão e estudos para compreender sua complexidade. Dentre as muitas formas de relação, encontram-se as relações familiares que também não estão isentas de contextos de violência.

A violência intrafamiliar é um fenômeno social que tem chamado a atenção dos órgãos de defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros, especialmente, no que se refere aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, tais como: crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoa com deficiência, etc.

O Ministério da Saúde define a violência intrafamiliar como "toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra" (Brasil, 2001; p. 15).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, (p. 41), a família é considerada como "mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade", sem, contudo, desconsiderar sua caracterização enquanto espaço contraditório, com dinâmica diária de convivência marcada por conflitos.

Apesar da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, retratar a família enquanto base da sociedade, tendo o Estado como provedor de especial proteção, dando

ênfase em sua importância no contexto da vida social brasileira, esta, no entanto, “não está livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontro e rupturas” (MDS, 2002; p. 18) capazes de gerar diversas violações de direitos entre seus membros.

É neste contexto, que o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, enquanto unidade pública, oferta serviços especializados, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos visando o rompimento dos ciclos de violências aos quais as vítimas são subjugadas.

Ao longo dos atendimentos às famílias vítimas de violência que deram entrada no CREAS Marialva Casanova Guimarães, foi sendo observado que além das situações de violência as quais inicialmente eram encaminhadas, sexual e física por exemplo, outras formas de violência eram identificadas e nas quais, por vezes, os agressores se constituíam também como responsáveis pelas vítimas e muitas vezes não demonstrando possuir consciência sobre a ação violenta sobre as crianças, especialmente quando cometiam a violência do tipo psicológica.

> Garbarino et al. (1986) elencaram cinco importantes comportamentos parentais tóxicos do ponto de vista psicológico infantil para auxiliar na detecção deste abuso: rejeitar (recusar-se a reconhecer a importância da criança e a legitimidade de suas necessidades), isolar (separar a criança de experiências sociais normais impedindo-a de fazer amizades, e fazendo com que a criança acredite estar sozinha no mundo); aterrorizar (a criança é atacada verbalmente, criando um clima de medo e terror, fazendo-a acreditar que o mundo é hostil); ignorar (privar a criança de estimulação, reprimindo o desenvolvimento emocional e intelectual) e corromper (quando o adulto conduz negativamente a socialização da criança, estimula e reforça o seu engajamento em atos antissociais). (ABRANCHES E ASSIS, 2011, p. 844).

Foi ainda observado que a violência psicológica muitas vezes não comparece enquanto queixa principal no acompanhamento das famílias, pois dos 340 casos acompanhado no CREAS Marialva de 2014 a 2018 apenas 39 deram entrada como violência psicológica, todavia a violência psicológica sempre comparece como uma forma de violência secundária, o que leva a compreensão de que a violência psicológica se demonstra como uma forma de violência muitas vezes silenciosa, mas potencialmente destrutiva pois gera potenciais danos emocionais e físicos às suas vítimas não só no momento da violência mas durante toda sua vida.

Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 93) afirmam que “os profissionais inseridos nos serviços que atendem a vítimas [de violência doméstica], certamente, se deparam com

situações de violência doméstica que, inicialmente, manifestam-se de modo silencioso, tanto que, muitas vezes, não são sequer percebidas".

Angelim (2009, p. 183) afirma que "por melhores que sejam as condições de intervenção do Estado por meio das redes de equipes multidisciplinares e da atuação dos operadores do direito, sem que as vítimas sintam-se legitimadas em suas demandas e ao longo do processo de intervenção o sistema de controle da violência tem grandes chances de tornar-se inócuo".

Compreende-se assim que, a superação dos ciclos de violência só é possível quando realizado um trabalho com as vítimas, mas também com os agressores, demanda sempre presente no trabalho com as famílias, mas que normalmente encontra dificuldades para sua execução.

Desta forma, considerando a necessidade de romper com padrões violadores de direitos no interior da família, a busca pela restituição da função protetivas das famílias e ainda visando a possibilidade de dinamizar o acompanhamento familiar no CREAS via PAEFI através de grupos conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (p.20) o presente projeto apresenta o grupo "Pelo Avesso: Rompendo o ciclo de violência intrafamiliar".

## 2. Desenvolvimento

O principal objetivo do presente trabalho visou proporcionar espaço de reflexão sobre condutas violentas, direcionadas ao grupo familiar, as quais muitas vezes passam despercebidas pelos agressores.

Desta forma, buscou-se garantir atendimento continuado aos membros de grupos familiares causadores de violência intrafamiliar, romper com ciclo de violência intrafamiliar, com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e contribuir para a garantia de direitos das pessoas vítimas de violência intrafamiliar.

Foi ainda objetivo do grupo superar ciclos de violência, desnaturalizar uma cultura violenta na criação dos filhos, ampliar a conscientização sobre as formas violentas de se relacionar e as consequências destas, combater relações de poder e ressignificar os conceitos respeito e autoridade, estimular novas formas de se relacionar promovendo relações mais respeitosas e com responsabilidade afetiva e ainda proporcionar espaço de escuta e fala respeitosa.

Durante os meses de janeiro e fevereiro foram realizados o planejamento para a construção da atividade e a seleção e mobilização das famílias. Como metodologia, foi escolhido a realização de um grupo de reflexão, fechado, realizado uma vez por mês, de março a junho e com duração de 2 horas em cada encontro, sendo o último encontro para avaliação do andamento da atividade grupal e estabelecimento de novos contratos com o grupo caso os participantes o desejarem.

> Zimerman (2002), por sua vez, lembra que a prática dos grupos de reflexão, à semelhança dos grupos operativos de Pichon-Rivière, se desenvolve operativamente sobre determinada tarefa e seu objetivo não é prioritariamente psicoterapêutico, embora efeitos e ressonâncias desse tipo possam ser produzidos. A seu ver, a tarefa operativa permite organizar e integrar a ação grupal. (FRANCO e VOLPE, 2019, p.34- 35)

Foram selecionadas 12 famílias inseridas no acompanhamento psicossocial em curso do PAEFI que demonstravam, ao longo dos atendimentos, sinais e sintomas de prática de violência psicológica com os filhos e/ou outros membros da família e que não demonstravam ter a consciência de tais atos.

No ato da mobilização das doze famílias selecionadas, apenas nove foram convidadas devidos dificuldade de acesso e localização da residência. Foi confeccionado um convite individual e nominal ao participante alvo (o agressor) que foi entregue pela equipe de educadores sociais do CREAS, aos quais no ato do recebimento confirmavam a participação deste através de assinatura na lista de mobilização. Foi escolhido enquanto estratégia de mobilização a não verbalização de que se tratava de um grupo para trabalhar violência psicológica, pois acreditou-se que tal informação poderia coibir a participação das famílias/agressor, sendo sinalizado que a participação da família era parte do acompanhamento psicossocial daquela pessoa pelo CREAS.

A equipe psicossocial que desenvolveu o projeto foi composta pela assistente social Lidiane Sodré e pela psicóloga Lia Botega, ambas inseridas no PAEFI, as quais foram responsáveis pela mediação dos encontros que foram divididos em quatro momentos mensais – uma vez por mês –, com temáticas voltadas para os objetivos do grupo, as quais foram organizadas em consonância com a participação do mesmo.

O primeiro encontro ocorreu em março de 2019. Neste, compareceu apenas uma família mobilizada (família A), a qual estava com a díade agressor - vítima da mesma família. Mesmo não tendo outras famílias presentes foi compreendido que a existência de uma díade poderia também viabilizar o trabalho. Foi então esclarecido o objetivo do

grupo, realizada escuta dos presentes acerca da perspectiva dos encontros e organizado o cronograma de encontros, toda segunda quinta-feira do mês. Vale aqui ressaltar que foi pensado em apenas um encontro mensal em função de serem famílias com hipossuficiência de renda; e mais de uma ida ao CREAS por mês, além das atividades já previstas, poderia onerar o orçamento familiar. É sabido que a Funpapa fornece vale transporte para garantia da participação dos usuários. Todavia, em virtude do CREAS estar sem sede própria por outras dificuldades, não havia o beneficio do vale disponibilizado e também compreendeu-se que a entrega do vale digital poderia trazer um caráter obrigatório de participação, o que vai de encontro a possibilidade de construção de autonomia e autoresponsabilização por parte do usuário.

Percebendo a ausência das famílias mobilizadas, para o segundo encontro foi novamente realizado o convite individual e nominal aos anteriormente selecionados. Algumas ausências foram justificadas no ato da mobilização. Por sua vez, no segundo encontro, compareceram 3 famílias (Famílias A, B e C), sendo 2 com a díade agressor e vítima e 1 agressor. Ali foram trabalhadas perspectivas de comunicação violenta x não – violenta e o entrelaçamento destas formas de comunicação com a história de vida de cada presente.

No terceiro encontro compareceram 3 famílias (Famílias A, B e D) sendo 1 díade vítima-agressor e 2 agressores. Neste encontro foram trabalhadas através de atividade lúdica formas saudáveis e não saudáveis de expressão dos sentimentos tidos como agressivos e que geravam fator potencial de violência.

No último encontro compareceram 4 famílias (Família A, B, C e D) sendo 2 díades vítima-agressor e 2 agressor. Neste momento foi realizado atividade de reflexão e expressão dos efeitos positivos e negativos que a experiência grupal estava exercendo no dia-a-dia dos participantes.

**3. Resultados Alcançados**

No decorrer das atividades com o grupo foi possível perceber que os participantes demonstravam grande interesse pela proposta com a manifestação de falas espontâneas dos usuários acerca dos benefícios da atividade no seu dia-a-dia.

Ocorreram relatos espontâneos por parte de todos os participantes que falar sobre situações e vivencias violentas lhe permitiram identificar os momentos em que eles agrediam, mas que também se viram agredidos, o que leva a confirmar que viver

situação de violência e não ter um ato de cuidado e transformação dessa vivência mantem o ciclo.

Foi ainda observado pelos usuários (representante da família A e B) que a vivencia não saudável dos sentimento de raiva e medo mantem o agressor na reprodução habitual dos comportamentos violentos que foram aprendidos ao longo da vida, mas o ato de falar da raiva e do medo construíram novas pontes de significado para a dor sentida e ainda o espaço emocional e relacional para formas mais saudáveis de relação.

Por coexistirem em um contexto cultural majoritariamente violento e que traz repercussões não apenas sociais mas para todos os meios pertinentes ao indivíduo, proporcionar um espaço de escuta e fala respeitosa, se demonstrou fundamentalmente restaurador e terapêutico pois além de ampliar a consciência sobre um fundo adoecido de vividos foram sendo estabelecidas novas formas de se expressar e a construção de comportamento mais saudáveis e não violentas ao se comunicar.

Foi ainda relatado por um representante da família A que a partir da vivência grupal, a comunidade na qual convive percebeu mudanças profundas no comportamento do agressor e na melhoria da relação familiar, o que motivou as famílias ali residentes a buscar formas de enfrentar situações de violência que estavam vivendo.

A primeira dificuldade observada foi no ato do planejamento da atividade. A ausência de diretrizes claras na realização de atividades grupais na proteção especial de média complexidade levou as técnicas a buscar referências em outras políticas e propostas metodológicas para o planejamento e realização da atividade.

Organizar uma atividade grupal com dificuldades de estrutura, ausência da sede própria e de recursos facilitadores como datashow e caixa de som, demonstrou-se também em um desafio muito grande, mas que foi dirimido através da articulação com a rede para a garantia do espaço e a disponibilização de recursos das próprias técnicas. Entretanto, compreende-se que os recursos utilizados foram facilitadores apenas, pois o objetivo maior do grupo estava fundamentalmente ligado ao processo reflexivo através da fala.

Das 12 famílias selecionadas apenas 4 participaram dos encontros. Das 8 restantes, 1 usuário se posicionou informando que não iria participar pois não tinha interesse no acompanhamento. As demais, em cada mobilização, confirmavam a ida mas não compareciam ao encontros. Não ter a fala dos motivos que as levaram a não comparecer

deixa dúvidas de quais empecilhos existem e de que forma é possível superá-los. Supõem-se que a falta de interesse, a dificuldade com recurso financeiro e/ou o conflito com outras atividades podem ter causado as ausências.

Há ainda a inferência de que a condição de agressor e a falta de percepção acerca do seu papel na manutenção do ciclo de violência tenham contribuído para o não investimento na realização da atividade. O que leva a refletir e buscar novas estratégias de mobilização e sensibilização junto aos usuários. Nessa perspectiva, no último encontro foi aberta a reflexão para o estabelecimento de novos encontros e se as famílias participantes desejavam inserir novos usuários, no que afirmaram que gostariam de manter os encontros por o percebiam como transformadores de vida (sic) e que reconheciam pessoas de sua convivência que se beneficiariam da atividade. Tal fala levou a considerar como uma estratégia de mobilização o convite do próprio usuário à outras pessoas.

Em análise ampla, apesar das dificuldades, compreende-se que a atividade proposta alcançou os objetivos esperados e se mostrou de extrema importância no acompanhamento das famílias e no rompimento de ciclos de violência e o reconhecimento da atividade junto ao Conselho Federal de Psicologia na I Mostra Nacional de Práticas de Psicologia em Assistência Social – Etapa Norte confirma a perspectiva do êxito da atividade.

## 4. Referências Bibliográficas


ABRANCHES, Cecy Dunshee de; ASSIS, Simone Gonçalves de. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(5):843-854, mai, 2011.

ANGELIM, Fábio Pereira. **Mulheres vítimas de violência**: dilemas entre a busca de intervenção do Estado e a tomada de consciência. Tese de doutorado. UNB, Brasília, 2009.

FRANCO, Erich Montanar; VOLPE, Altivir João. Sentidos para a formação em um grupo de reflexão. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília , v. 2, n. 1, p. 33-42, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612011000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 4 (1): 7-32, 1999.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência

Especializado de Assistência Social – CREAS. **Caderno CREAS.** Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS / 2004.** MDS: Brasília, 2005.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:** Texto da Resolução nª 109. De 11 de Novembro de 2009. MDS: Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: Orientações para práticas em serviço. **Cadernos de Atenção Básica nº 8**. Ministério da Saúde: Brasília, 2002.

SILVA, Luciane Lemos; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 11, n.21, pp. 93 – 103, jan/abr 2007.

SOARES, Antonio Mateus Carvalho. Dialética da violência: civilidade e incivilidade. Prelúdios, Salvador, v. 3, n. 3, p. 11-35, mar./ago. 2014.

**5. Registro Fotográfico**

11 Título da experiência:

# PERFIL DAS MULHERES ACOLHIDAS NA CASA ABRIGO EMANUELLE RENDEIRO DINIZ DE 2008-2017

Alessandra Santos Nogueira
Inez da Costa Vitorino
Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro
Sílvia Maria Souza Vieira

## 1. Introdução

Sistematizar os dados dos atendimentos realizados pela Casa Abrigo Emanuelle Diniz (CAERD), que atende mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que estão sob ameaça de morte e não tem local seguro para ficar, sempre foi uma preocupação dos profissionais que atuam neste serviço e por este motivo, surgiu a necessidade de quantificar e analisar os dados das mulheres atendidas neste espaço de acolhimento institucional em forma de pesquisa, para que desta forma, se possa qualificar o atendimento e compreender melhor o fenômeno da violência à que muitas mulheres são submetidas diariamente, a fim de construir conhecimento que nos ajude na desconstrução da violência de gênero, que possibilite um processo rico de aprendizagem, que traga benefícios não só para quem desenvolve a pesquisa, uma vez que gera processo de reflexão da práxis, mas também para a sociedade como um todo. Segundo Cortelli (2018) "A pesquisa deve, portanto, ser vista como um bem incalculável, como alavanca do conhecimento diferencial e como a maneira mais confiável de crescimento social".

Neste contexto, foi realizada em parceria com os profissionais da Vigilância Socioassistencial, a pesquisa "Perfil das mulheres acolhidas na Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (CAERD) 2008-2017" que foi de fundamental importância, uma vez que possibilitou a análise dos dados relativos ao atendimento realizado na CAERD neste período, podendo servir como base para novos estudos bem como fomentar políticas públicas que garantam um atendimento de qualidade para as mulheres.

## 2. Desenvolvimento

A CAERD acolhe mulheres em situação de violência doméstica e familiar desde o ano de 1997 e durante todo este tempo não se havia conseguido sistematizar as informações referentes a este atendimento. A partir disso, viu-se a necessidade de realizar essa tarefa com os dados que já possuíamos com base no prontuário das mulheres. Com isso, delimitou-se o período dos últimos dez anos (2008-2017) para a coleta e análise dos dados.

O trabalho apontava a importância da pesquisa uma vez, que a equipe percebeu a necessidade de uma organização e interpretação dos dados existentes nos prontuários, havendo uma tentativa embrionária de executá-la, porém a dinâmica do atendimento não permitiu a conclusão, contudo a intencionalidade de dar conta desta tarefa, não se arrefeceu tornando-se um desafio para a equipe .

No ano de 2016, retomou-se o trabalho no qual delimitou-se o período de 2008 a 2017 como foco da pesquisa, a fim de coletar os dados mais recentes, uma vez que no período anterior (1997 a 2007), os prontuários não apresentavam informações suficientes para uma análise mais aprofundada dos atendimentos realizado à época. Posteriormente reformulou-se as tabelas já existentes, tendo sido definidas três categorias de analise: perfil das mulheres acolhidas; perfil dos acompanhantes e o perfil dos agentes da agressão.

A pesquisa foi estruturada da seguinte forma: coleta e tabulação de dados; análise teórica sobre o fenômeno da violência doméstica; o histórico de criação da CAERD; metodologia de funcionamento da CAERD; análise e reflexão teórica dos dados coletados e apresentação dos resultados da pesquisa.

A coleta e tabulação de dados foi de fundamental importância, dai, todo o cuidado da equipe para que os dados coletados e tabulados pudessem refletir a realidade pesquisada e para que os objetivos propostos fossem alcançados. Segundo Darlei Simioni (2010) “A coleta de dados possibilita meios diretos para estudar uma ampla variedade de fenômeno e permite a análise sobre um conjunto de atitudes comportamentais”.

Na análise teórica do fenômeno da violência doméstica, buscou-se um arcabouço teórico que possibilitasse uma compreensão a respeito da violência contra a mulher em nossa sociedade e no mundo, as dimensões teóricos culturais do fenômeno, fatores e

variáveis envolvidas, definições conceituais, estatísticas oficiais e as legislações existentes que tratam sobre a temática estudada. De acordo como Mello (2006, p. 86), "a fundamentação teórica apresentada deve servir de base para a análise e interpretação dos dados coletados na fase de elaboração do relatório final. Desta forma, os dados apresentados devem ser interpretados à luz das teorias existentes".

Situar o contexto histórico em que a CAERD surgiu é de fundamental importância, pois nos ajuda a compreender o cenário em que surgiu o serviço, a importância deste para garantir a proteção das mulheres e a contribuição deste serviço que se propõe em lutar para efetivação dos direitos das mulheres vitimizadas pela violência doméstica e familiar.

A análise e reflexão teórica dos dados coletados é essencial para uma pesquisa, pois é através desta que se pode tomar decisões que poderão possibilitar a implementação de politicas púbicas futuras que garantam de forma articulada os direitos estabelecidos nas legislações vigentes, podendo também, aportar a necessidade de maiores investimentos nos serviços já existentes, ou seja, a análise pode ajudar a construir caminhos que possam garantir uma qualidade no atendimento com vista em uma melhor eficácia dos resultados. Neste sentido, de acordo com Teixeira (2003) "a análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado."

Para apresentação e publicização da pesquisa organizou-se um seminário buscando envolver toda a rede de serviço que atua direta ou indiretamente com o fenômeno pesquisado, ou seja, mulheres em situação de violência doméstica. Este evento foi de fundamental importância, pois possibilitou o compartilhamento, a troca de informações e a instrumentalização das instituições presentes para a fomentação de politicas públicas direcionadas ao combate à violência de gênero.

## 3. Resultados alcançados

A apresentação dos resultados da referente pesquisa possibilita compartilhamento e a comunicação das informações e conclusões a que se chegou. Diante disso, podemos observar os seguintes resultados alcançados:

- Sistematização dos dados dos atendimentos realizados pela Casa Abrigo;

- Analise do perfil das mulheres atendidas pela CAERD no período de 2008 a 2017;

- Construção de conhecimento que seja útil como uma ferramenta para interpretação dos resultados da pesquisa, assim como, para servir como base para posterior pesquisas acadêmicas;

- Subsídios teóricos que possibilitem a construção de politicas publicas para as mulheres em situação de violência doméstica;

- Publicização da pesquisa para a rede de serviço local que atua na garantia dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica.

Não se pode esquecer a satisfação dos profissionais envolvidos na pesquisa e que atuam na CAERD como um todo, por ver mais um desafio concluído e principalmente por reconhecer que com esta pesquisa é possível gerar novos conhecimentos, construir conceitos e promover a ruptura do senso comum.

## 4. Referências Bibliográficas


AS SETE ETAPAS DA PESQUISA CIENTIFICA. **Fastformat**, 2019. Disponível em: https://blog.fastformat.co/as-sete-etapas-da-pesquisa-cientifica/. Acesso em: 11/10/2019

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém, FUNPAPA. **Projeto Político Pedagógico da Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz**. 2018.

CORTELL, Sheila Cavalcanti. A importância da pesquisa para a sociedade, UNITAU, 2018. Disponivel em: http://web.unitau.br/noticias/2018/08/01/a-importancia-da-pesquisa-para-a-sociedade/ . Acesso em: 16/10/2019.

KRELLING, Anael. As Etapas da Pesquisa. **Instituto Federal**, Santa Catarina, 2018. Disponível em: http://joinville.ifsc.edu.br/~anael.krelling/Bacharelado%20em%20Engenharia%20Mec%C3%A2nica/MPE/3%20-%20As%20Etapas%20da%20Pesquisa.pdf. Acesso em: 11/10/19

MELLO, Carlos Henrique Pereira. Gestão da Qualidade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

SILVA, Taís Cerqueira et al. Secretaria nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria de políticas para as mulheres-presidência da república. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília, 2011.

SIMIONI, Darlei. Métodos de coletas de dados, MASTER, 2010. Disponível em: http://darleisimioni.blogspot.com/2010/09/metodos-de-coleta-de-dados.html. Acesso em: 16/10/19.

SOUZA, Nilde; MORAES, Rosana. **Albergue de Mulheres Emanuelle Rendeiro Diniz: do pranto se faz o canto**. A Política de Assistência Social em Belém, Volume II, FUNPAPA, 2004.

**5. Registro fotográfico**

**Coleta de dados**

**Mesa de apresentação do perfil**

**Recebimento da pesquisa impressa**

**Equipe da CAERD e SEVISA**

12 Título da experiência:

# PREPARA: INTRODUÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Experiência Ouro

Eline Freire Monteiro
Gabriel Farias Ferreira
Heloísa Quaresma Pureza
Letícia Santos dos Santos
Maria da Conceição dos Santos Carvalho
Paula Miranda Silva Correa

## 1. Introdução

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são os serviços que materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social. Torna-se essencial refletir sobre as articulações possíveis entre o PAIF e o SCFV, uma vez que nos últimos anos ambos os serviços têm se tornado referência na garantia de proteção social (BRASIL, 2016).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) uma das funções do PAIF é promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades. O desenvolvimento da autonomia também é possibilitado por meio de ações de incentivo à participação cidadã, de identificação e fortalecimento de potencialidades e habilidades, e por meio da promoção do acesso a direitos, em especial: saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho, emprego e renda.

As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos (BRASIL, 2012).

A adolescência, etapa que marca a passagem da infância para a vida adulta envolve um novo processo de descobertas para o adolescente, como o reconhecimento do seu lugar e percepção das possibilidades de ações no universo social que o cerca. Nesse sentido, reconhece-se o adolescente como participante ativo na

sociedade, que procura através de várias formas, a aquisição de autonomia e independência dos pais, inclusive financeiramente. (BRASIL, 2010).

Um dos objetivos específicos do SCFV 15 – 17 anos é possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências especificas básicas (Resolução CNAS nº 109/2009).

A participação de adolescentes de famílias que apresentem vulnerabilidade econômica nos Serviços de Convivência ou em outras atividades socioeducativas da rede de proteção dos direitos desse público é considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e o enfrentamento ao trabalho infantil, além de incentivar o trabalho formal através do Programa Jovem Aprendiz e possibilitar uma aproximação com as possíveis situações enfrentadas no mundo do trabalho. O projeto então busca promover o protagonismo dos adolescentes e favorecer o desenvolvimento da autonomia e de sentimentos de segurança e confiança em si e nos outros, oferecendo um espaço potencial e de experimentação, abordando temas que perpassam a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política na qual estão inseridos (BRASIL, 2010).

**2. Desenvolvimento**

O enfrentamento à pobreza nos coloca uma série de desafios, entre eles a questão da juventude, segundo estudo do Banco Mundial (Bird) mostra um cenário de desalento para a juventude. Com um sistema educacional falho e pouco conectado com as necessidades do setor privado, 52% dos jovens entre 15 e 29 anos perde interesse pelos estudos e corre risco de não conseguir se inserir no mercado de trabalho. Este processo gera uma série de violações de direitos, entre elas a exploração do trabalho infanto-juvenil, notadamente a utilização desta mão de obra no tráfico de drogas (“aviãozinhos”) e em atividades informais em sinais de trânsito, fenômenos mais percebidos na territorialidade do CRAS Benguí, conforme o diagnóstico territorial elaborado pela FUNPAPA em 2015. Neste sentido é fundamental criar estratégias para fortalecer as redes sociais de suporte, conforme as define o sociólogo Robert Castel (1994), evitando rupturas trazidas por situações nas quais a vulnerabilidade já está presente.

O SCFV do CRAS Benguí voltado para adolescentes, em sua articulação com o PAIF, até o ano de 2019 vinha enfrentando dificuldades para possibilitar a adesão destes usuários em sua programação, mesmo ofertando atividades variadas de interesse do público jovem, como grupos de teatro e dança. Em nossa consulta anual aos usuários foi indicada a proposta de trabalho com os jovens direcionado ao mundo do trabalho.

Como tentativa de superar as dificuldades referidas a equipe do PAIF e SCFV elaborou o projeto "Prepara: Introdução ao mundo do trabalho", levando em conta o estudo diagnóstico e a demanda da comunidade. Estão como parceiros neste projeto o TRT-PA / Projeto Padrinho Cidadão, o CIEE, o centro social Tia Anízia / Microlins, o Movimento República de EMAÚS, a ONG "Nossa Gente", o centro de formação do Sindicato dos Rodoviários, o Portal do Trabalhador e o Fundo Ver-o-Sol.

A implementação do projeto iniciou com a mobilização dos pais e responsáveis dos adolescentes, através de contatos telefônicos aos usuários já inseridos no serviço e a realização de busca ativa nas dependências do CRAS, em escolas e entidades comunitárias do território para captação de novos usuários. A metodologia utilizada envolveu reuniões e oficinas com os adolescentes e seus responsáveis, descritas a seguir:

- Discussão e planejamento do projeto (maio/19);
- Reuniões de mobilização com a comunidade (junho e julho/19);
- 1ª oficina (agosto/19): apresentação da equipe técnica e dos objetivos do projeto aos usuários; levantamento dos adolescentes que ainda não possuíam documentação civil (carteira de trabalho) e encaminhamento ao Portal do Trabalhador; realização da dinâmica intitulada "Árvore da profissão", em que foi possível refletir sobre as metas para o futuro e os passos necessários para alcança-las; levantamento das principais dúvidas e/ou inseguranças dos participantes com relação ao mundo do trabalho.
- 2ª oficina (setembro/19): apresentação do projeto Padrinho Cidadão (parte integrante da campanha de erradicação do trabalho infantil do TRT-PA); orientações para preparação de currículo; roda de conversa sobre marketing pessoal.
- 3ª oficina (outubro/19): roda de conversa sobre como se preparar bem para entrevistas de seleção para 1º emprego ou jovem aprendiz; exposição de temas relevantes para o mundo do trabalho (proatividade, apresentação pessoal, comunicação interpessoal, etc.); principais erros cometidos em seleções (nervosismo,

dificuldade de comunicação, roupas inadequadas, candidato despreparado, etc.); realização de dinâmica de reconhecimento entre os usuários.

## 3. Resultados alcançados

Obtivemos como um dos principais resultados a aglutinação dos adolescentes no grupo, contando atualmente com 44 participantes inscritos. A linguagem utilizada nas oficinas, com uso de palavras conhecidas pelos jovens e a adequação para abordar temas de interesse dessa faixa etária, tais como o convívio na escola e em sua comunidade e o comportamento digital foram grandes ferramentas para que esses jovens continuassem frequentando as oficinas. Alguns resultados estão dispostos no quadro abaixo:

| **Antes** | **Depois** |
|---|---|
| Não aderência e evasão | 75% de adesão ao grupo |
| Pouco ou quase nenhum envolvimento da família. | Maior envolvimento da família. |
| Baixo rendimento escolar | Melhoria de rendimento escolar |
| Baixo interesse pelo mundo do trabalho | Maior interesse pelo tema mundo do trabalho. |
| **Relatos dos adolescentes participantes** | |
| "Achei muito interessante essa atividade, nunca tinha ouvido falar que existia isso (curriculum)." | |
| "Achava que era mais importante trabalhar logo, mas aprendi no grupo que tenho que estudar mais." | |
| "No grupo aprendo coisas que não aprendo na escola e que nunca pensei que poderia falar sobre isso com outras pessoas" (adolescente falando sobre sexualidade, drogas e relacionamento interpessoal.). | |
| "Tinha muita briga com minha mãe, mas aprendi a me controlar e saber ouvir mais" (Adolescente com vivência de conflito familiar) | |
| "Pensei que o grupo fosse só pra falar de primeiro emprego, mas fala coisas que melhoram minha vida e me ajudam a entender minha família." | |

## 4. Referências bibliográficas

BRASIL. (2016). Caderno de orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na proteção Social Básica. Brasília, DF: Autor.

_____. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social. Brasília, DF: Autor.

_____. (2012). Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF. Brasília, DF: Autor.
_____. (2010). Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Prioridade Para Crianças e adolescentes integrantes do Programa de erradicação do trabalho infantil. Brasília, DF: Autor.

_____. (2009b). Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, DF: Autor.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). *SaúdeLoucura 4*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

NASCIMENTO, B. Metade dos jovens corre risco de não se inserir no mercado de trabalho. O Globo Economia, 07 mar. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/metade-dos-jovens-corre-risco-de-nao-se-inserir-no-mercado-de-trabalho-22463218.

**5. Registro fotográfico**

Apresentação do projeto à comunidade.

Oficina introdutória.

Roda de conversa.

Dinâmica “Árvore da profissão”

13 Título da experiência:

# PROJETO MOSTRA DE TALENTOS TEEN DO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DULCE ACCIOLI

Experiência Ouro

Selma Lúcia das Virgens Alves
Ana Maria Ramos Souza
Naiara de Farias S. Cardoso

## 1. Introdução

O Espaço de Acolhimento Dulce Accioli é um dos espaços no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que deve garantir a segurança da acolhida estabelecida na política de Assistência Social desenvolvida pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA.

Sendo um espaço político-pedagógico, o Espaço de Acolhimento visa garantir medida protetiva a crianças e adolescentes que se encontram em situação risco social, estando com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Atende adolescentes de ambos os sexos, feminino na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos; e masculino quando se tratar de grupo de irmãos e filhos de mães adolescentes que estão em medida de proteção, garantindo a permanência dos laços afetivos entre mães, filhos e irmãos.

Os serviços de acolhimento são simultaneamente de assistência social e educação. Além dos cuidados básicos, têm como objetivo contribuir para que seus atendidos adquiram consciência de si, fortaleçam sua identidade e construam seu lugar social.

Isto significa que cada criança e adolescente deve ser estimulado a se perceber como pessoa com potencial, a sair da situação de dependente, do estigma de abandonado e carente, conquistando a autoconfiança, a autonomia e a emancipação.

Assim sendo, cabe ao EADA o acompanhamento, em todas as dimensões (social, pedagógico e psicológico) das crianças e adolescentes, bem como o de suas famílias, de maneira a oferecer subsídios através de atendimentos e encaminhamentos que viabilizem o fortalecimento de vínculos familiares e posterior retorno ao convívio familiar e comunitário, possibilitando um desenvolvimento biopsicossocial saudável.

O trabalho é pautado no respeito à singularidade e particularidade de cada acolhido, trabalhando a cidadania através da garantia de direitos e possibilitando a participação das crianças e adolescente à sua história de vida de forma ativa e dialógica

contribuindo para ressignificação de sua trajetória, para construção de novas perspectivas e para o fortalecimento do papel da família de proteger e ter cuidados.

No processo de acolhimento lidamos com vários obstáculos de cunho material e subjetivo que dificultam a segurança da acolhida. Dentre os quais, as consequências do próprio processo de "abrigamento", uma vez que devido a falta de maturidade peculiar da faixa etária atendida, os acolhidos não conseguem de imediato compreender os fatores que os levaram a medida protetiva, gerando sentimentos de estigmatização (do próprio acolhido e da comunidade).

O público atendido é plural, dinâmico e cheio de particularidades, muitas vezes cercados de violências sofridas em todos os âmbitos. Esse fator aliado à diferenciação de idade e as vivencias de cada acolhida, muitas vezes, apresentam-se como um componente na convivência que pode estimular a falta do sentimento de "pertencimento" e, consequentemente, conflito entre os pares. Tal realidade suscitou a necessidade de se trabalhar metodologias que pudessem ser de caráter coletivo, mas, sobretudo, que contribuíssem para o processo do autoconhecimento e de identidade das acolhidas.

O Projeto está em curso, e visa potencializar o trabalho sócio psicopedagógico realizado no Espaço de Acolhimento Dulce Accioli por meio de expressões culturais e artísticas que desenvolvam nas adolescentes o senso de pertencimento, de valorização da pessoa humana e da auto estima. Busca ainda:

- Proporcionar contato contínuo das adolescentes do E.A.D.A com atividades artísticas, educacionais e culturais, muitas vezes, nunca antes experimentadas valorizando a cultura como direito e o reconhecimento da cidadania;
- Suscitar valores de amizade, respeito e partilha de forma lúdica.
- Incentivar a reflexão sobre espírito de coletividade;
- Facilitar a integração e o fortalecimento de vínculos dos acolhidos com seus pares, com os funcionários do E.A.D.A, com suas famílias e com a comunidade;
- Favorecer a transformação de visões estigmáticas que a sociedade e até mesmo os próprios/as acolhidos/as tem de si mesmo.

## 2. Desenvolvimento

Iniciamos nossa reflexão com o reconhecimento de que, o Espaço de Acolhimento busca em suas metodologias estar condizente com os princípios do serviço de

acolhimento que deve entender que toda criança e adolescente tem direito a viver num ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado.

A organização de condições que favoreçam a formação da identidade da criança e do adolescente implica o respeito à sua individualidade e história de vida. É dever ainda do Espaço de Acolhimento proporcionar o fortalecimento gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e a aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias.

Uma das dificuldades enfrentadas no processo de adaptação ao acolhimento institucional refere-se ao sentimento de "pertencimento". Uma vez que muitas vezes são retiradas de suas convivências comunitárias e familiares (mesmo que para sua segurança) de forma involuntária. E em alguns casos, ocasionado pelo julgamento equivocado da autoridade solicitante, como "castigo' a ser aplicado a adolescente que tem se comportado fora dos padrões. Tais condições injetam uma dose a mais de repudio das adolescentes à representatividade institucional.

Atentos a esta necessidade, o Espaço de Acolhimento, vem desenvolvendo estratégias que possam "suavizar" o processo de acolhimento, procurando realizar atividades que lhes seja prazerosas e que as ajude a compreender e se encontrar neste turbilhões de emoções.

Como forma de dar luz e voz a tantas manifestações, realizou-se a I MOSTRA DE TALENTOS TEEN como proposta de valorização das habilidades e potencialidade de cada adolescente.

Para tanto buscou-se em rodas de conversas e nos diálogos do dia a dia, junto às adolescentes suas aptidões, desejos e afinidades. Posteriormente apresentando a proposta de desenvolver atividades que pudessem evidenciar e ressaltar suas potencialidades, o que foi bem aceito pelas adolescentes.

A partir de então, foi iniciado o processo de planejamento das ações junto as adolescentes que passaram a sugerir o desenvolvimento das atividades artísticas de dança, teatro, canto, culinária, e poesia.

Para tanto, foi estabelecido junto as equipe de plantão o desenvolvimento de atividades que pudessem trabalhar as habilidades expressas pelas adolescentes. Ressaltando o evento de culminância para apresentação das produções realizadas.

Paralelo ao projeto em questão dialogava-se, ainda, nas demais atividades sociopedagógicas, a cerca da campanha de Enfrentamento a todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes (18 de maio), o que incentivou à criação de uma peça teatral que trazia como plano central a temática. A peça teatral foi escrita e dirigida pelas próprias adolescentes.

A temática da culinária foi também sugerida pelas adolescentes que manifestaram o desejo de criar algumas receitas para a degustação e ainda o levantamento de outras receitas que pudessem compor o livro de receitas do EADA.

As poesias trabalhadas voltaram-se para temáticas livres que expressavam os sentimentos, angustias, questionamentos, ressaltando a valorização da expressão artística das acolhidas.

As músicas apresentadas também foram de livre escolha das adolescentes que optaram para as que tinham um significado muito profundo nas suas histórias de vida. E as danças com montagem e execução própria das coreografias.

**3. Resultados Alcançados**

Acreditamos que o Projeto desenvolvido em nosso Espaço neste ano cumpre com os requisitos de nossas obrigações no que diz respeito aos princípios que regem o serviço de acolhimento, sendo eles: *Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação; Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado; Garantia de Liberdade de Crença e Religião; Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.*(Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, 2008).

A publicização da experiência aconteceu no dia 15/05, no horário da tarde. Na ocasião foram apresentadas todas as formas de expressões artísticas já citadas; e contou com a presença dos servidores que compõe a equipe de trabalho do EA Dulce Accioli.

Como resultado observamos:

- Sentimento de pertencimento, de responsabilidade e de importância das adolescentes;
- Maior autoconhecimento de suas capacidades e habilidades;
- Elevação da auto estima das adolescentes participantes do projeto uma vez que vivenciam a experiência de apresentação para o público

- Atividade lúdica, de interesse e relevância para as adolescentes;

- Maior e melhor interação com os técnicos e educadores a qual tornou-se mais respeitosa;

- Melhora dos relacionamento interpessoais entre pares;

- Articulação e aproximação dos pares na organização e realização das tarefas

- Incentivo da equipe do EADA no desenvolvimento de metodologias inovadoras

## 4. Referências Bibliográficas


BRASIL.Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes,** 2008.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 2005.

**Projeto Político Pedagógico do Espaço de Acolhimento Dulce Accioli, 2009**


## 6- REGISTRO FOTOGRÁFICO

**Expressão artística: DANÇA**

**Expressão artística: POESIA**

**Expressão artística: TEATRO**

**Expressão artística: CULINÁRIA**

14 Título da experiência:

# TEATRO DE FANTOCHES E PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO COM CRIANÇAS: EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO CRAS, CREAS E UEIS

Antônio Soares Junior

## 1. Introdução

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento da política de assistência social que oferta os serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a qual dentre suas responsabilidades estão a prevenção à ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais. De acordo com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, podemos dizer que o CRAS é uma "unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica" do SUAS (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS funciona como porta de entrada aos serviços do SUAS, dentre os serviços ofertados pelo CRAS temos o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste no trabalho social com as famílias e é o principal serviço por ele ofertado, e temos também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF.

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (BRASIL, 2017).

O presente trabalho propõe o teatro de fantoches como um instrumento de promoção ao autocuidado mediante um relato de experiência ao trabalhar hábitos saudáveis de higiene com dois grupos de crianças em duas Unidades de Educação Infantil (UEI). SOUSA (2007) nos aponta que trabalhar com fantoches envolve o espectador pelos seus cinco sentidos físicos e, especialmente pelo aspecto emocional.

Toda a atenção é então concentrada na diversão e no aprendizado, que por meio desta linguagem lúdica, torna-se de fácil compreensão para a plateia, podendo servir como um bom modo de alerta para a prevenção de doenças e outros agravos através de personagens fictícios que veiculem informações de forma alegre, mas também clara e objetiva.

Sabemos que dentre os desafios do orientador social ao trabalhar com a demanda de 0 a 6 anos está o de pensar metodologias criativas e lúdicas para promover espaços de reflexão que possibilitem a transformação ou criações de concepções. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo promover espaço de reflexão sobre a importância do autocuidado ao trabalhar hábitos de higiene pessoal para crianças, por meio de teatro de fantoches em duas Unidades de Educação Infantil (UEI), localizadas no bairro de Águas Lindas em Belém, no estado do Pará.

## 2. Desenvolvimento

Todo início de ano, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Aurá constrói junto aos usuários o planejamento anual do ano em questão. Para o mês de maio de 2019, deixamos uma semana reservada para a semana do bebê, atividade anual promovida pela UNICEF em parceria com os municípios. “A Semana do Bebê é uma das principais estratégias do UNICEF para assegurar a atenção adequada a crianças de até 6 anos de idade. Tem como objetivo tornar o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento infantil uma prioridade na agenda dos municípios brasileiros. A cada edição, ocorrem discussões sobre temas como mortalidade infantil, aleitamento materno, gravidez na adolescência, formação de vínculo e estimulação do bebê, por meio da organização de oficinas, atividades lúdicas e culturais. ” (UNICEF,2019)

Neste ano, assim como nos anteriores, a equipe do CRAS Aurá resolveu expandir as atividades desta semana para além dos usuários atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com isso fechamos parceria com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS Manoel Pignatário), O CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também oferece

informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária.

Enquanto os técnicos do CRAS e CREAS planejam rodas de conversa e debates sobre cuidados na primeira infância e direitos das crianças, os orientadores sociais, de ambos os espaços, se reuniam para organizar atividades com as crianças atendidas pelas UEIS Verdejante IV e Aurá, no intuito de abranger uma parcela maior da comunidade. É importante destacar que dentre as crianças atendidas por essas unidades de educação infantil estão também as que usam os serviços do CRAS.

Nesta perspectiva, organizamos uma dramaturgia intitulada "Sai para lá inhaquinha", que contou a história de uma criança que não gostava de exercer práticas básicas da higiene pessoal. A obra em questão foi ensaiada e apresentada, através de teatro de fantoches, para dois grupos de crianças, cada grupo correspondeu a uma UEI, com faixa etária entre 3 a 5 anos. O teatro de fantoches é um instrumento muito utilizado para fins artísticos e contextos recreativos (Braga et al., 2016). No entanto, estratégias como o teatro de fantoches têm sido utilizadas para fins pedagógicos relativos a variadas esferas e de maneira eficaz (Costa et al., 2018; Bermudez, Agostini & Sarnaglia Jr, 2013; Rampaso et al., 2010; Sousa & Victor, 2007).

Após a apresentação, as crianças participaram de uma roda de conversa. As rodas de conversa permitem que os saberes sejam resinificados a partir da experiência dos participantes (Sampaio et al., 2014). Esta parte da atividade foi mediada pela pedagoga do CRAS Aurá que fez perguntas a respeito de aspectos apontados pelos fantoches e sobre a importância da higiene básica, a fim de promover um espaço de reflexão sobre a importância do autocuidado e ao mesmo tempo avaliar as concepções das crianças sobre o assunto após a apresentação do teatro.

## 3. Resultados Alcançados

Com os relatos obtidos na roda de conversa, observamos que as crianças compreenderam a importância de cultivar comportamento de hábitos de higiene. Também foi perceptível o papel fundamental do teatro de fantoches para a promoção do ambiente reflexivo para o autocuidado, já que apresenta em sua ludicidade uma estratégia de aprendizado, já que ativa a função imaginatória, bem como fornece estrutura básica para mudança da necessidade e consciência (Vigostsky, 2009). Nesse sentido a aprendizagem para as crianças não se mostrou em caráter unicamente passiva,

mas uma forma ativa e imaginativa de aprender, demonstrando uma reflexão sobre o assunto abordado e a criação de novas concepções acerca do assunto. A aprendizagem de práticas de saúde tem benefícios ao longo de toda a vida dos indivíduos, visto que saúde também é prevenção (Pelicioni & Pelicioni, 2007).

A partir dessa experiência, juntamente com a vivência dos participantes, destacamos que o teatro de fantoches, em sua ludicidade, é um eficaz instrumento para as ações de promoção do autocuidado para crianças, pois desperta a curiosidade das crianças e as estimulam a pensar de forma divertida e acolhedora, além de faze-las significar esse conhecimento para o seu dia a dia.

## 4. Referências Bibliográficas


Bermudez, G. M. M., Agostini, J. P. & Sarnaglia Jr, V. B. (2013). **O lúdico e a educação ambiental: teatro de fantoches sobre as relações da comunidade local, do manguezal e sua preservação**. II Simpósio sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica. pp 171-174

Braga, H., Brochado, I., Cavalcanti, G., Helena, K. Carrico, A., Ryker, R., . . . Pudunjee, D. (2006). **Teatro de Bonecos Patrimonio Cultural Imaterial.** Móin-Móin Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas. ano 12, v. 15

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Departamento de proteção Social básica (DPSC), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Brasília, DF. 2017. 131p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em 13 de set de 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência em Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009.

Costa, A. J., Castro, L. H. P., Conde, I. B., Mendes, R. . S., Paixão, G. C. & Pantoja, L. D. M. (2018). **Teatro de Fantoches como estratégia ao tema Leishmaniose Visceral no ensino fundamental**. Experiências em Ensino de Ciências V. 13, NO 3.

Pelicioni, M. C. F. & Pelicioni, A. F. (2007). **Educação e promoção da saúde: uma retrospectiva histórica.** O Mundo da Saúde São Paulo : jul/set 31(3): pp 320-328

Rampaso, D. A. L., Doria, M. A. G., Oliveira, M. C. M. & Silva, G. T. R. (2010). **Teatro de fantoche como estratégia de ensino**: relato da vivência. Revista Brasileira de Enfermagem. São Paulo.

Sampaio J, Santos GC, Agostini M, Salvador AS. **Limits and potentialities of the circles of conversation**: analysis of an experience with young people in the backcountry of Pernambuco, Brazil. Interface (Botucatu). 2014; 18 Supl 2:1299-1312.

Sousa, R. A. & Victor, J. F. (2007). **Grupo de teatro de fantoches saúde com arte: proposta de enfermagem para educação em saúde**. Revista da rede de Enfermagem do Nordeste, 8(2). pp. 78-84

## 5. Registro Fotográfico

Foto 1: Crianças da UEI assistindo o teatro de Fantoches

Foto 2: Crianças participando da roda de conversa

# Anexo Fotográfico

**VI Encontro Municipal de Vigilância Socioassistencial de Belém/PA**
EM DEFESA DO SUAS: Todos e todas vigilantes para a garantia dos direitos socioassistencias e pelo respeito à diversidade e à visibilidade das/os usuárias/os.

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ENFRENTAMENTO E
ATENDIMENTO DE
PESSOAS VÍTIMAS
DE LGBTIFOBIA

UNAMA
UNIVERSIDADE
DA AMAZÔNIA

ser
UNAMA
UNIVERSIDADE

Vincular para
PROTEGER

ESPORTE E LAZER: DIREITO DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

SEVISA

Setor de Vigilância Socioassistencial

FUNPAPA